



De mãos dadas: Magistratura e Cidadania

SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

BRASÍLIA - DF - 2022



De mãos dadas: Magistratura e Cidadania

SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

BRASÍLIA - DF - 2022

PRESIDENTE

Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

VICE-PRESIDENTE

Ministro Jorge Mussi

MINISTROS

Felix Fischer

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Fátima Nancy Andrichi

Laurita Hilário Vaz

João Otávio de Noronha

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin

Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes

Luis Felipe Salomão

Mauro Luiz Campbell Marques

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo Villas Bôas Cueva

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Assusete Dumont Reis Magalhães

Sérgio Luíz Kukina

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado Cruz

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Reynaldo Soares da Fonseca

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Antonio Saldanha Palheiro

Joel Ilan Paciornik

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Jadson Santana de Sousa

DIRETOR-GERAL

Marcos Antonio Cavalcante

DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Multimeios

Bem-vindos!

De acordo com as disposições da IN TCU n. 84/2020, da Decisão Normativa TCU n. 187/2020 e da **IN STJ n. 19/2021**, o Superior Tribunal de Justiça apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2021 em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir aos cidadãos brasileiros e aos órgãos de controle interno e externo avaliarem como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à sociedade brasileira.

O relato integrado do STJ está assim estruturado:

- 1. Governança do STJ**, em que será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, a análise do cenário, a maneira como o STJ enfrenta seus desafios baseada nas premissas de uso de planejamento estratégico, governança, gestão de riscos e controles internos.
- 2. Resultados da gestão**, no qual se demonstram os resultados alcançados para o período em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos traçados no Plano STJ 2020 e no Plano STJ 2021-2026. Além disso, há informações de áreas específicas da gestão.

Boa leitura!

Mensagem do Presidente

Expresso minha satisfação ao finalizarmos mais um ano no Superior Tribunal de Justiça com a sensação de dever cumprido. Muitos foram os desafios, mas os resultados, apurados em 2021 e apresentados no presente relatório, comprovam que o STJ segue firme no sentido de se consolidar como uma corte de precedentes que oferece justiça ágil, moderna, preventiva e cidadã à sociedade brasileira.

Para tanto, paralelamente ao cumprimento do Plano de Gestão 2020-2022, investimos na construção colaborativa de uma estratégia forte para os próximos anos, alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, culminando com a aprovação e publicação, em julho de 2021, do Plano Estratégico STJ 2021-2026.

Mesmo sofrendo ainda os efeitos da pandemia do coronavírus, aumentamos a nossa produtividade. Em 2021, foram distribuídos 412.590 processos e julgados 560.405 processos (incluindo AgInt, AgRg e EDcl).



As inovações implementadas, como o “Balcão de Atendimento Virtual”, por exemplo, elevam-nos a um patamar de modernidade junto às maiores instituições do mundo.

Ressalta-se que, mesmo com os bons resultados alcançados em 2021, o STJ se encontra em um contínuo aperfeiçoamento da sua gestão administrativa, orçamentária e financeira, sendo impactado pelas dificuldades inerentes ao processo de amadurecimento institucional, os quais vêm sendo minimizados com a aplicação das melhores práticas de governança organizacional.

Mas o passo definitivo para que o julgamento dos precedentes configure uma fatia cada vez maior das decisões desta nobre Corte, é sem dúvida, a redução de chegada de recursos, o que nos permitirá julgar com mais consistência e, conseqüentemente, propiciar a segurança jurídica que os cidadãos tanto almejam.

Mantendo o pensamento positivo, unindo nossas forças, e atuando com comprometimento, tenho certeza de que o STJ efetivará a sua estratégia até 2026, seguindo como uma referência positiva para o serviço público brasileiro.

De mãos dadas: magistratura e cidadania!



MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente do STJ



Sumário

1. Governança do STJ	9
Visão Geral	10
Planejamento Estratégico	16
Governança	26
Gestão de Riscos e Controles Internos	31
Relacionamento com a sociedade	34
2. Resultados da Gestão	41
STJ em números	42
Orçamento e demonstrações contábeis	50
Gestão de pessoas	62
Licitações e contratos	73
Patrimônio e obras	73
Gestão de tecnologia da informação	74
Sustentabilidade	78

1. Governança do STJ

Visão Geral

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, o qual estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, especialmente nos julgamentos de recursos especiais.

O art. 105, além de disciplinar as competências originais e recursais do Superior Tribunal de Justiça, faz menção aos órgãos que funcionam em conjunto com este, quais sejam:

- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam; e
- Conselho da Justiça Federal – CJF.

Em conformidade com o mesmo art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, criada pela Emenda à Constituição n. 45, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira tem como missão “promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social”.

A Escola apresenta direcionamento geral para o sistema de formação e aperfeiçoamento dos magistrados a partir de diretrizes pautadas nos objetivos da instituição. Nesse sentido, a Enfam tem suas principais atribuições demarcadas em três áreas de atuação: i) planejar, executar e coordenar as ações educacionais; ii) elaborar normas e diretrizes concernentes à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados; e iii) credenciar e acompanhar os cursos oficiais ofertados pelas escolas judiciais e de magistratura.

Salienta-se que o CJF é uma unidade prestadora de contas específica. Assim, as informações sobre esse órgão são tratadas em relatório de gestão próprio.

A estrutura orgânica básica do Tribunal é descrita na Resolução STJ/GP n. 5 de 3 de março de 2021. A estrutura organizacional, baseada no modelo funcional, distribui competências às unidades do STJ segundo o critério da especialização e estas se encontram disciplinadas no Manual de Organização do STJ, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 13 de 14 de junho de 2021**.



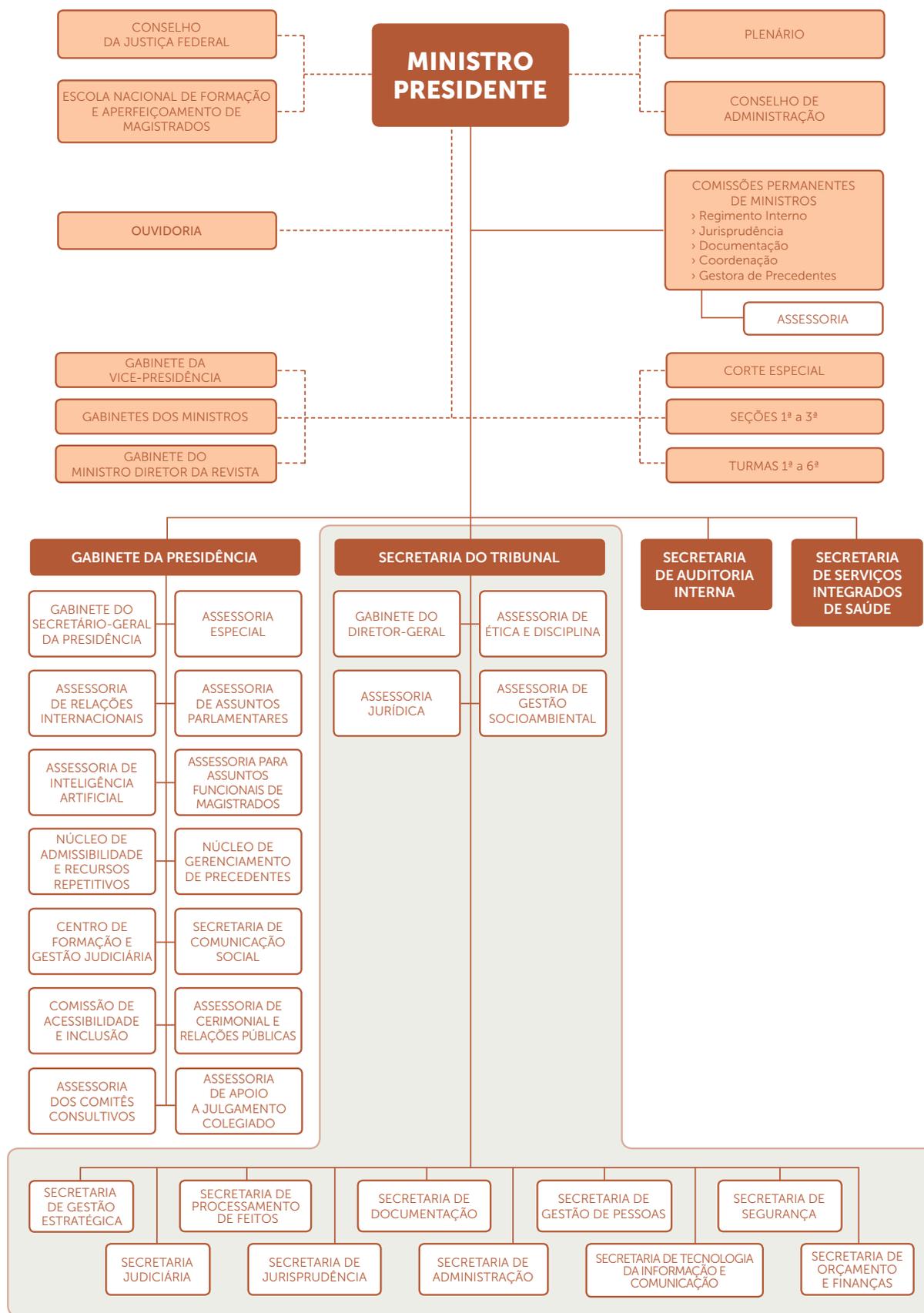
Quadro 1 - Fachada do Superior Tribunal de Justiça

O STJ funciona:

- I – em Plenário e pelo seu órgão especial (Constituição, art. 93, XI), denominado Corte Especial;
- II – em Seções especializadas;
- III – em Turmas especializadas.

A competência dos órgãos acima descritos encontra-se detalhada do art. 1º ao 7º do **Regimento Interno do STJ**.

Também estão previstos na estrutura do Tribunal o Conselho de Administração, integrado pelos onze ministros mais antigos e presidido pelo presidente do Tribunal, ao qual compete decidir sobre matéria administrativa, e as Comissões de Ministros, permanentes ou temporárias, que colaboram no desempenho dos encargos do Tribunal.



Quadro 2 - Organograma do Superior Tribunal de Justiça

Em se tratando de macroprocesso finalístico, o do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com as suas competências e determinações constitucionais, é a prestação jurisdicional. Ele compreende o processamento do feito desde o seu recebimento no Tribunal até a sua baixa definitiva. Os processos envolvidos são:

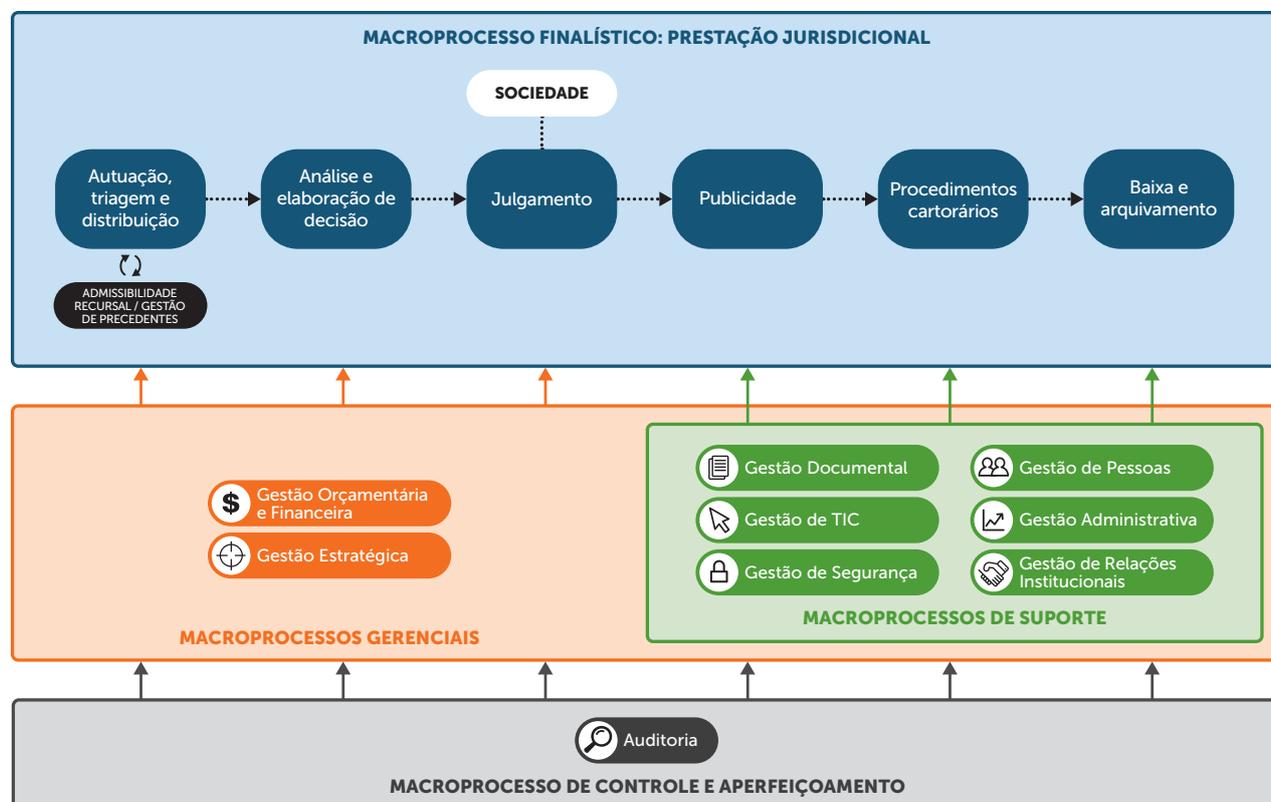
- autuação, triagem e distribuição realizadas pela Secretaria Judiciária;
- análise da admissibilidade recursal e a gestão de precedentes realizadas, respectivamente, pelo NARER e pelo NUGEP;
- julgamento pelos ministros e pelos órgãos colegiados;
- publicidade aos atos judiciais (decisões, despachos e acórdãos), procedimentos cartorários, além da baixa e arquivamento, realizados pela Secretaria de Processamento de Feitos.

MACROPROCESSO DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL				
FORNECEDORES	INSUMOS	PROCESSOS	PRODUTOS/SERVIÇOS	CLIENTES
Congresso Nacional Tribunais Advogados e partes Ministros do STJ Secretaria Judiciária do STJ Secretaria de Processamento de Feitos do STJ Secretaria de Jurisprudência	Leis Jurisprudência Petições Processos Despachos Certidões Decisões Informações Relatórios	Autuação. Triagem, classificação e distribuição	Petições e processos registrados no Sistema Justiça	Gabinetes de Ministros Secretaria Judiciária Secretaria de Processamento de Feitos Secretaria de Jurisprudência Tribunais Ministério Público / Advogados Partes do processo judicial Público externo Imprensa
		Admissibilidade recursal e Gestão de precedentes	Processos distribuídos	
		Procedimentos cartorários	Comunicações, publicações, execução judicial e acompanhamento de prazos	
		Julgamento	Decisões monocráticas / colegiadas e súmulas	
		Publicidade	Divulgação de decisões	
		Baixa	Processos remetidos à origem/arquivo	

Quadro 3 - Macroprocesso de Prestação Jurisdicional

Destaca-se ainda a Cadeia de Valor do STJ. Cabe ressaltar que está publicada no Portal de Macroprocessos do Tribunal, após validação pelas unidades que atuam na prestação jurisdicional.

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA | CADEIA DE VALOR



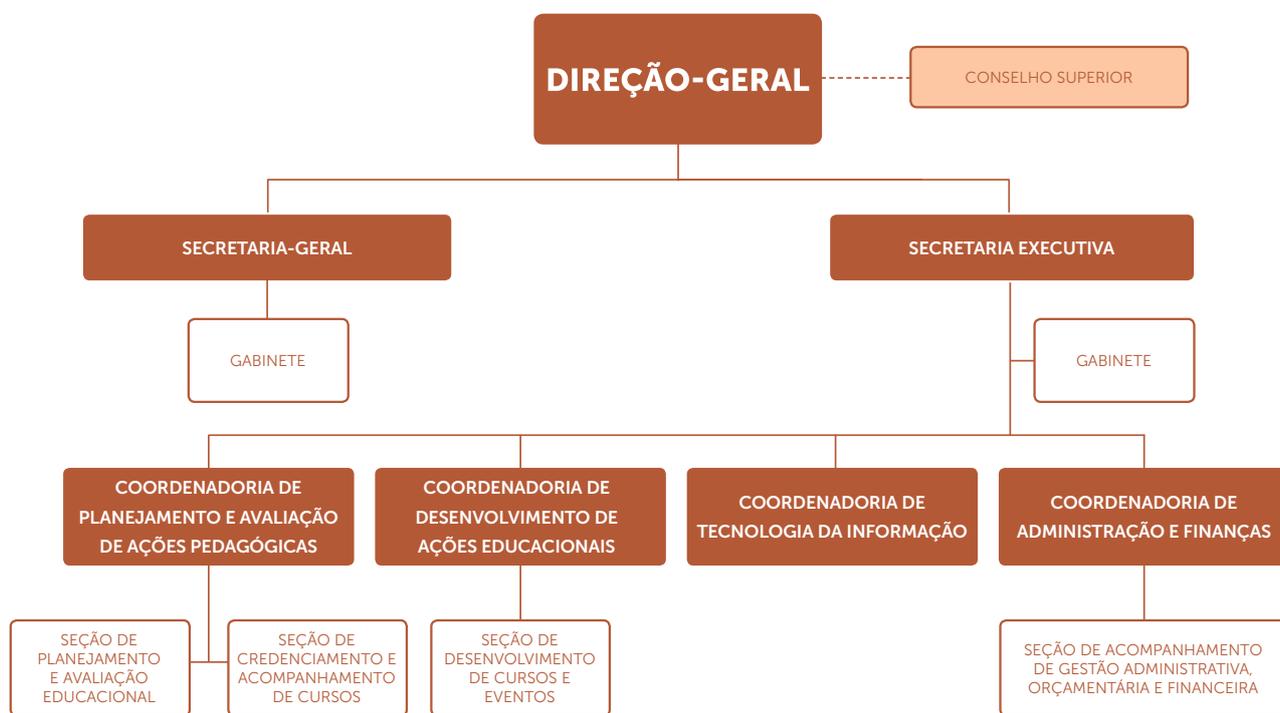
Quadro 4 - Cadeia de Valor do STJ

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

No que diz respeito à Enfam, seu **Regimento Interno**, aprovado pelo Tribunal Pleno do STJ em 8 de agosto de 2013, revisto e atualizado até a Resolução STJ n. 4 de 13 de março de 2014, estabelece a composição da estrutura orgânica da instituição: Conselho Superior, Direção-Geral, Secretaria-Geral e Secretaria Executiva.

O Conselho Superior, que formula as diretrizes básicas do ensino, elabora o planejamento anual e supervisiona as atividades acadêmicas e administrativas, é integrado pelo Ministro Diretor-Geral da Enfam, que o preside, e pelo Ministro Vice-Diretor da Enfam, ambos eleitos pelo STJ, pelo Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, por dois ministros do Superior Tribunal de Justiça e por quatro magistrados, representando, equitativamente, a Justiça estadual e do Distrito Federal e dos Territórios e a Justiça Federal, sendo dois eleitos pelo Tribunal Pleno do Superior Tribunal de Justiça, um indicado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil e outro pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados é responsável por regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso, vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura e funciona em estrutura funcional com competências definidas conforme o **Manual de Organização da Enfam**.



Quadro 5 - Organograma da Enfam

Já o processo finalístico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, em consonância com as suas competências e determinações constitucionais, é denominado “formação e aperfeiçoamento de magistrados em âmbito nacional”.



Quadro 6 - Macroprocesso Finalístico da Enfam

Planejamento Estratégico

O Superior Tribunal de Justiça – STJ vem se adaptando a cada dia aos novos tempos de modo a enfrentar da melhor maneira os desafios que surgem na interpretação da norma infraconstitucional. Para dar conta desse intenso volume de demandas, com a qualidade e a efetividade que o cidadão exige, faz-se necessária a definição de estratégias que expressem com clareza e precisão o modo de agir e os resultados que se deseja alcançar.

Assim, os planos estratégicos do STJ são instrumentos que têm norteado as ações institucionais do Tribunal desde 2004, quando se adotou o Balanced Scorecard - BSC como metodologia de gestão. Desde então, o STJ busca aprimorar sua forma de atuação e tem alcançado resultados cada vez mais expressivos, sem nunca perder o foco de atender às expectativas do cidadão por segurança jurídica. A gestão estratégica do STJ está em total alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ para o Poder Judiciário Nacional, o que permite a este Tribunal atuar de forma participativa e atuante, tanto no contexto da justiça nacional quanto internamente, buscando melhoria de seu desempenho e de sua produtividade a cada ciclo estratégico.

Em termos de planos estratégicos, o exercício de 2021 foi atípico, visto que, em virtude da pandemia do COVID-19, o Tribunal trabalhou com o **Plano STJ 2020 (Resolução STJ/GP n. 6/2015**, alterada pela Resolução STJ/GP n. 13/2020) até junho e, no mês seguinte, foi aprovado o **Plano Estratégico STJ 2021-2026 (Resolução STJ/GP n. 23/2021)**. Assim, neste ano, o desempenho do STJ será demonstrado com base nos resultados de dois planejamentos.

Primeiramente, será apresentado, de forma geral, o Plano STJ 2020.

PLANO **STJ** 2020

M A P A E S T R A T É G I C O

MISSÃO

Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal

VISÃO

Tornar-se referência na uniformização da jurisprudência, contribuindo para a segurança jurídica da sociedade brasileira

VALORES

Aprendizagem contínua
Comprometimento
Ética, Sustentabilidade
e Transparência

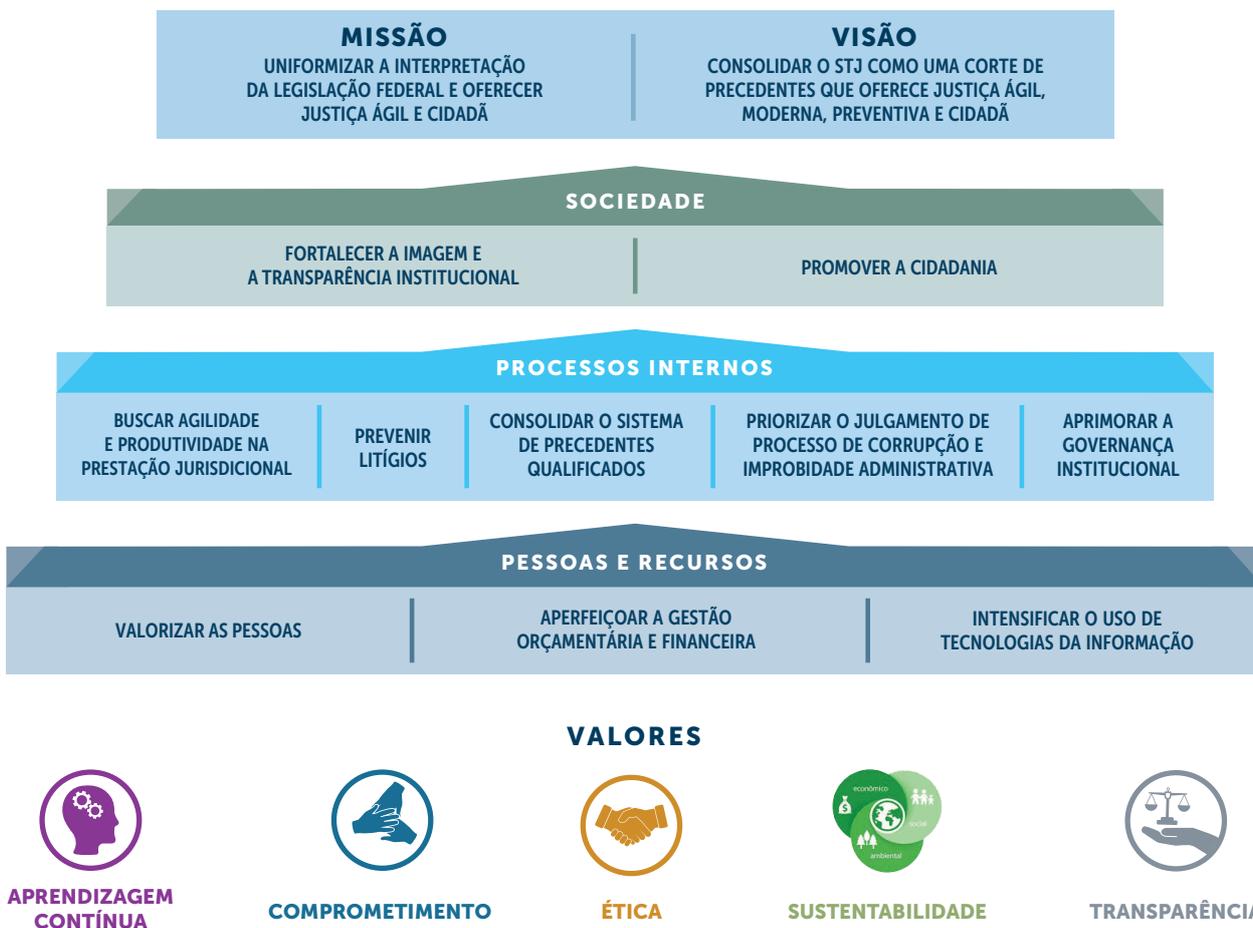


Quadro 7 - Mapa Estratégico do Plano STJ 2020

A prestação de serviços jurisdicionais se correlaciona, principalmente, aos objetivos da perspectiva de processos internos: “priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa”; “buscar excelência na prestação jurisdicional” e “tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes”. Eles estão diretamente ligados à finalidade do Tribunal.

Para a condução do **Plano STJ 2020**, foram definidas metas, realizada análise de riscos e traçadas diretrizes operacionais e estratégicas que levaram ao cumprimento de aproximadamente 86,30% do previsto, conforme detalhado no item que trata do seu monitoramento.

Já o **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, foi um trabalho colaborativo que contou com o esforço e o comprometimento de todos nesta Corte. Tendo as pessoas como motor da organização, este plano visa ainda valorizá-las e inseri-las no contexto da estratégia institucional, a fim de executar a principal atividade do Tribunal, que é a prestação jurisdicional.



Quadro 8 - Mapa Estratégico do Plano STJ 2021-2026

A perspectiva **Processos Internos** identifica aspectos da prestação jurisdicional, o principal macroprocesso do STJ, no qual a organização deve alcançar a excelência para poder agregar valor aos serviços oferecidos. É entendida como o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à prestação jurisdicional, priorizando as demandas repetitivas, as de grandes litigantes e as de combate à corrupção, com vistas a alcançar a efetividade e a excelência nos serviços oferecidos à sociedade. Além disso, a perspectiva abrange a governança institucional, que é o reflexo da visão gerencial geral que norteia todas as atividades da Corte.

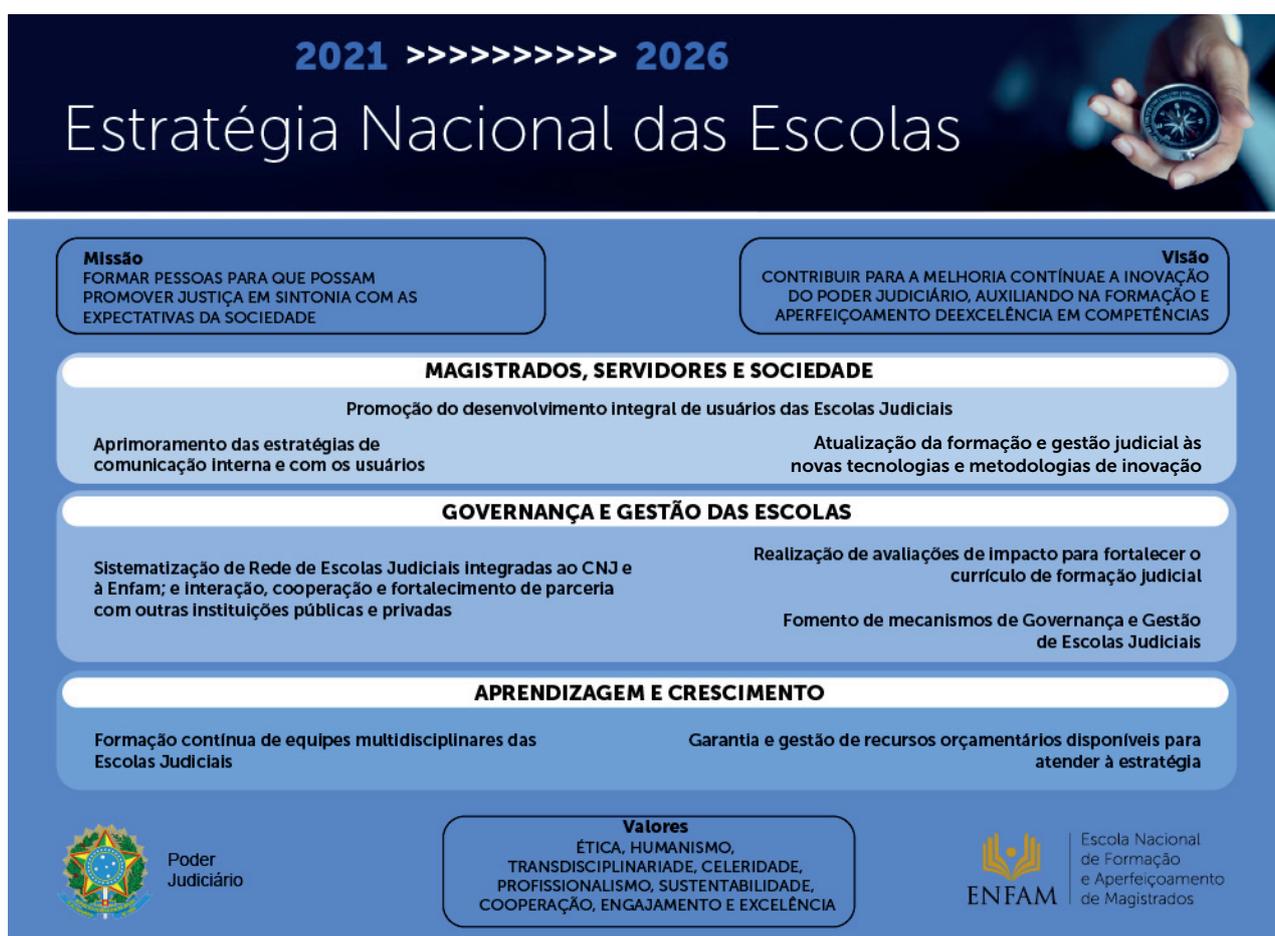
Para esse novo plano, optou-se por um monitoramento quadrimestral (set a dez/2021) e como resultado alcançou-se 88,62% de desempenho, conforme detalhado na parte que trata de seu acompanhamento.

Cabe destacar que, por meio do Alinhamento Estratégico, normatizado pela **Instrução Normativa STJ/GDG n. 8/2019**, e atualizado pela **Instrução Normativa STJ/GDG n. 16/2021**, os planos institucionais foram desdobrados em planos setoriais

para as unidades administrativas desta Casa, com a identificação de objetivos, indicadores e iniciativas locais de forma que essas unidades possam visualizar mais claramente sua contribuição para a estratégia institucional.

Em 2021, a Enfam preparou, em parceria com as Escolas Judiciais e de Magistratura, o Planejamento Estratégico das Escolas Judiciais e de Magistratura, norteado pelos macrodesafios apresentados no Mapa Estratégico a seguir, que sinaliza os pontos de atuação em que o êxito é fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Escola.

Com base nesse planejamento será preparado o Planejamento Estratégico da Enfam.



Quadro 9 - Mapa Estratégico das Escolas Judiciais e de Magistratura

Planos Estratégicos do STJ

Os planos estratégicos do STJ são monitorados sistematicamente por meio do acompanhamento dos indicadores e das iniciativas estratégicas. Todos os gestores e substitutos responsáveis pela mensuração, implantação de ações e análise dos resultados são designados por meio de portaria específica. Periodicamente, esses resultados são

acompanhados com o auxílio de sistema informatizado e registrados em relatórios de desempenho institucional (RDI) que ficam **públicos na internet**. Após a consolidação do RDI, a execução do planejamento é avaliada e ajustada nas reuniões de análise estratégica (RAE), das quais participam gestores da estrutura de governança do Tribunal. As decisões tomadas nas RAEs são acompanhadas pela área de gestão estratégica até que se inicie novo ciclo de monitoramento do plano.

Em 2021, o desempenho desta Corte em relação ao **Plano STJ 2020** foi de 86,30%, ressaltando que vigorou até junho. Para mais detalhes do desempenho do Tribunal quanto à estratégia contida em tal plano, acesse o último **RDI**, que discorre sobre indicadores, metas nacionais, projetos estratégicos e, especificamente, o Alinhamento Estratégico, que visa à construção e ao monitoramento de planejamentos setoriais, desdobrados da estratégia institucional.

Já em relação ao **Plano Estratégico STJ 2021-2026**, o desempenho deste Tribunal foi de 88,62%, ressaltando que foi referente ao período de setembro a dezembro, visto que, a partir desse plano, o monitoramento será quadrimestral. Diante disso, optou-se por descartar os meses de julho e agosto, período necessário para os ajustes no sistema entre as mensurações de um plano para outro.

Para mais detalhes do desempenho do Tribunal quanto à estratégia contida em tal plano, acesse o primeiro **Relatório de Desempenho Institucional**.

Planos Estratégicos das Escolas Judiciais e de Magistratura

Com base no Planejamento Estratégico das Escolas Judiciais e de Magistratura, em 2021, foram feitas as primeiras coletas de dados, para ajuste e complementação dos indicadores e metas. Assim, existe a expectativa que possam surgir novos indicadores especificamente afetos à atuação da Enfam.

Para mais detalhes, acesse o **Relatório de Desempenho 2021**, que detalha sobre indicadores e projetos que demonstram o desempenho da Escola nesse primeiro momento.

Desdobramento da estratégia nas unidades do STJ

Em consonância aos planos estratégicos do STJ, existem os planos de gestão de pessoas - PEGEP e de gestão de tecnologia da informação e comunicação - PDTIC. São elaborados e acompanhados por unidades específicas do Tribunal.

No que concerne ao plano de gestão de pessoas, em 2021, a Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, em conjunto com o Centro de Formação e Gestão Judiciária - CEFOR, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SIS e a Comissão de Acessibilidade e

Inclusão - ACI, unidades mandatárias no organograma institucional de funções administrativas que correspondem às atividades relacionadas a pessoas, elaboraram a minuta com a previsão de publicação no primeiro trimestre de 2022. Assim, o PEGEP 2020 teve sua vigência adiada até dezembro/2021.

O **PEGEP** consiste na busca do aprimoramento do processo de governança e de gestão do macroprocesso gestão de pessoas, abordando em sua visão o direcionamento para a tomada de decisões, o monitoramento do desempenho e a conformidade com os objetivos a serem alcançados, alinhando, assim, as atividades inerentes à área de gestão de pessoas com os resultados institucionais almejados.

Outro plano, especificamente voltado para as capacitações na Casa, é o **Plano Anual de Capacitação – PAC**, que mais uma vez foi um dos instrumentos que serviram de base para o planejamento de ações de educação ofertadas durante o ano. Graficamente, o plano de ações de educação corporativa de 2021 está representado pela “**Árvore do Saber**”.



Quadro 10 - Árvore do saber 2021

Para embasar as ações de treinamento, é utilizado ainda o Ciclo de Diagnóstico por competências do **Programa Aprimore STJ**. Para realizar tal diagnóstico, utiliza-se o modelo de gestão por competências ‘Aprimore STJ’, que procura o alinhamento entre a conduta das pessoas aos objetivos estratégicos por meio de suas competências técnicas e comportamentais. Com isso, espera-se garantir resultados efetivos que agreguem valor para o Tribunal. Também procura priorizar práticas de gestão de pessoas que promovam uma cultura de meritocracia, valorização e bem-estar dos servidores, bem como contribuir para uma melhor governança institucional.

Ao longo do ano, apurou-se os resultados do diagnóstico por competências do Aprimore, resultando na elaboração de 303 relatórios enviados para diversas unidades do Tribunal. Esses relatórios trouxeram os resultados do VIII ciclo de diagnóstico de competências, realizado em agosto, com a participação de 1.844 instrumentos preenchidos. No plano estratégico vigente, existem dois indicadores específicos para avaliar o desempenho do programa: Perfil profissional de competências e Participação no Aprimore STJ.

Mais informações estão disponíveis no **relatório de desempenho** referente ao último quadrimestre de 2021.



Quadro 11 - Aprimore 2021

Em se tratando do plano de gestão de tecnologia da informação e comunicação, em 2021, a partir da publicação do Plano Estratégico STJ 2021-2026, foi estabelecida a nova estratégia de TIC para o sexênio de 2021-2026. Com base nos objetivos estratégicos de TIC determinados para esse período, foram definidos indicadores estratégicos e setoriais sobre atividades de responsabilidade da STI que permitem a avaliação do cumprimento de metas associadas a esses objetivos estratégicos de TIC e aos institucionais.

Conforme diretriz do CNJ (§3º do art. 6º e art. 42 da **Resolução CNJ n. 370/2021**), a estratégia de TIC passa a ser contemplada no **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC**. Sendo assim, esse plano que tinha viés apenas tático passa a ser um instrumento de planejamento de TIC em nível estratégico-tático. Por ser bianual, o PDTIC é considerado um plano de ação de curto prazo, porém conterà a estratégia de TIC para os seis anos do ciclo equivalente ao planejamento institucional.

O **PDTIC** para o biênio de 2021-2022 foi aprovado pela **Resolução STJ/GP n. 28 de 15 de setembro de 2021**. Nesse PDTIC, existem projetos para subsidiar o Portfólio Estratégico, que são compostos de ações operacionais com atribuição de responsáveis e estabelecimento de prazos para cumprimento até 2022. Ele é acompanhado por meio de Relatórios de Desempenho Setorial da STI – RDS/STI (Processo STJ/SEI n. 35.922/2021) e por Relatório de Desempenho Institucional – RDI, com periodicidade quadrimestral.



Quadro 12 - PDTIC STJ - 2021/2022

Outros pontos relevantes para o cumprimento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 370/2021) e da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ - **Resolução CNJ n. 396/2021**), foram criadas unidades especializadas em Governança de TIC e em Segurança da Informação na estrutura organizacional do STJ (**Resolução STJ/GP n. 5/2021**) que implementaram diversas ações para atendimento de dispositivos dessas resoluções, sendo as principais:

1. Normatização do Plano de Contratações de soluções TIC do Tribunal (PCTIC);
2. Definição e implantação do Processo Gestão de Riscos de TIC e do Plano de Riscos de TIC;
3. Elaboração da Política de Gestão de Pessoas aplicada aos servidores lotados na unidade de TIC do STJ (PGPTIC) – atualmente em tramitação;
4. Regulamentação do regime de plantão e o sobreaviso dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
5. Nova página da STI na Intranet seguindo princípios de experiência do usuário para melhor navegação;

6. Criação do Plano STI de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e implementação de várias de suas ações;
7. Definição de metodologia para mapeamento, implantação e gestão de processos de TIC, em que são respondidas algumas das questões: Onde está publicado? Quem aprovou? Em que versão está? Onde está “documentado”?

Em relação ao tema Segurança da Informação, alguns pontos a serem considerados.

- instituiu-se a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação - ETIR (**IN STJ/GDG n. 17/2021**);
- como pactuado com o CNJ, a primeira versão do Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPINC-PJ); do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC-PJ); e do Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PIILC-PJ) terão sua efetivação concretizada pela ETIR já instituída e por meio da formalização do processo de incidentes de segurança da informação, prevista para o primeiro trimestre de 2022;
- de forma a dar robustez e agilidade às ações de segurança, os serviços de SOC do STJ (*Security Operation Center*) estão em processo final de ativação (entrega prevista para janeiro de 2022). O SOC do STJ promoverá a transição do modelo de serviços atual de operação para uma nova estrutura técnica de segurança da informação integrada, ainda mais moderna e funcional.



Quadro 13 - Segurança da Informação

Outro instrumento que auxilia no desdobramento da estratégia institucional é o **Alinhamento Estratégico do STJ**. É uma metodologia específica que busca alinhar a atuação das unidades do Tribunal à estratégia delineada no Plano Estratégico STJ

2021-2026. Com isso, identificam-se os objetivos, os indicadores e as iniciativas setoriais, de modo que cada unidade visualize sua contribuição para consecução dos resultados almejados pela Instituição.

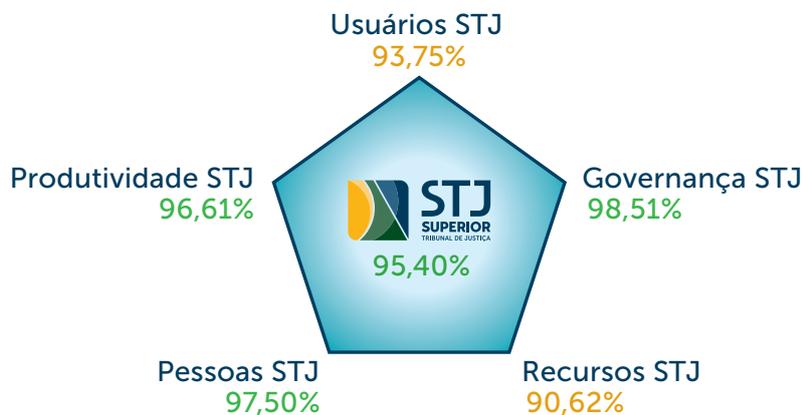
Em 2021, ocorreram dois momentos de mensuração.

- até junho, referente ao **Plano STJ 2020**:



Quadro 14 - Radar da Estratégia (Plano STJ 2020)

- até dezembro, referente ao **Plano STJ 2021-2026**:



Quadro 15 - Radar da Estratégia (Plano STJ 2021-2026)

Assim, com o novo ciclo de acompanhamento iniciado no último quadrimestre do ano, os resultados serão melhor percebidos a partir de 2022.

Governança

Em 2021, o tema Governança foi tratado tanto no Plano STJ 2020 quanto no Plano Estratégico STJ 2021-2026. No primeiro, teve o seu desempenho medido pelo objetivo estratégico “fortalecer a governança institucional”, já no segundo, pelo “aprimorar a governança institucional”. O foco é direcionar, avaliar e monitorar a gestão do Tribunal, principalmente no que se refere às práticas de liderança, de estratégia, de controle, governança de pessoas, de aquisições, de TI, orçamentária, proporcionando inovação e melhoria dos processos de trabalho que contribuem para a efetiva prestação jurisdicional.

Comparando-se o plano estratégico vigente com o anterior, com vistas a aprimorar a mensuração, além dos indicadores estratégicos “atendimento às recomendações” e “governança no STJ”, acrescentou-se o “mapeamento de processos”. O resultado pode ser observado pelo **RDI 2020** e **RDI 2021**.

A **Resolução STJ/GP n. 19/2016** estabelece o sistema de governança institucional do Superior Tribunal de Justiça.



Quadro 16 - Estrutura de Governança do STJ

Governança de TIC

No que tange ao subsistema de TIC, segue o modelo de governança vigente. Para maior detalhamento, verificar a **Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 22 de outubro de 2018**:

SISTEMA DE GOVERNANÇA DO STJ

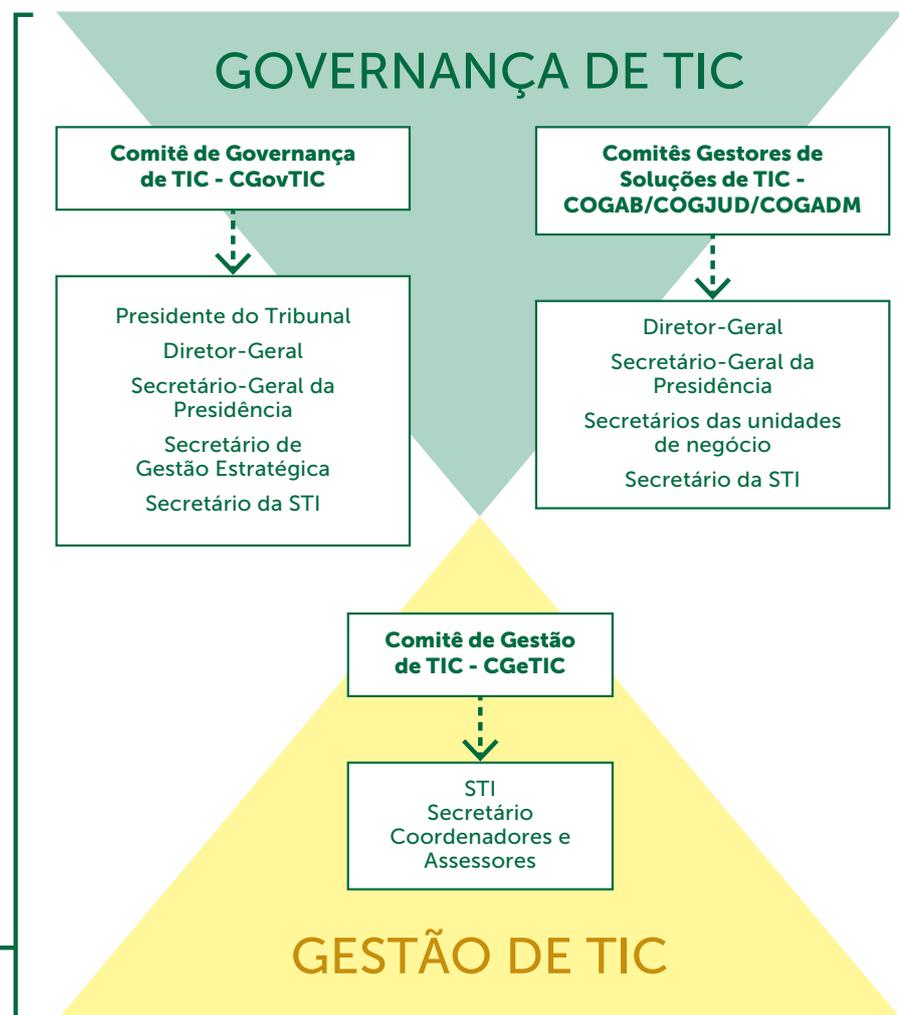
1) Alta Administração:

- Plenário
- Corte Especial
- Conselho de Administração
- Presidente do Tribunal
- Diretor-Geral
- Secretário-Geral da Presidência

2) Apoio à governança:

- Comissões permanentes de ministros
- Ministro ouvidor
- Secretário de Auditoria Interna
- Secretário de Gestão Estratégica
- Comitês dos subsistemas de governança (de aquisições e contratações, de pessoal e de TIC)

SUBSISTEMA DE GOVERNANÇA DE TIC



Quadro 17 - Estrutura de Governança de TIC

Governança de aquisições e contratações

Quanto ao subsistema das aquisições e contratações, as informações estão acessíveis no **Portal da Transparência e Prestação de Contas**. Lá, o cidadão tem acesso aos dados relacionados às licitações, compras efetuadas, contratos e instrumentos de cooperação efetuados, suprimento de fundos. Além disso, estão disponíveis os manuais de compras e contratações, entre outras.



Governança de Pessoal

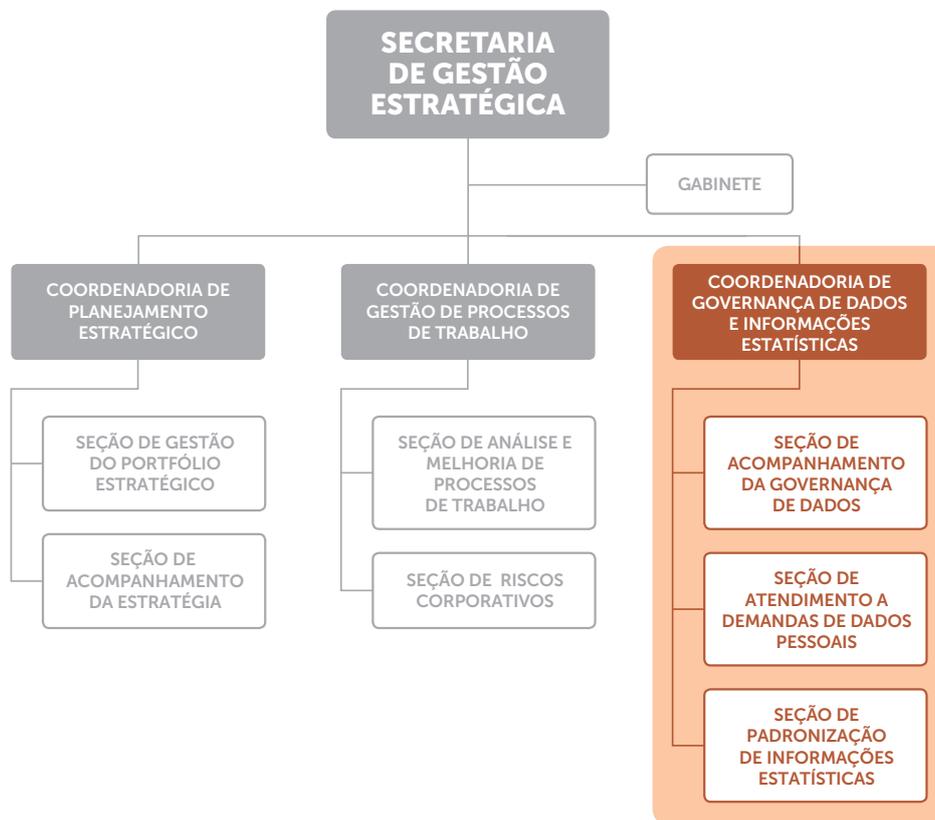
Quanto ao subsistema de pessoal, deve-se salientar que foi publicada a **Portaria STJ/GP n. 10 de 16 de janeiro de 2017**, que atualiza a Política de Gestão de Pessoas do STJ e prevê a existência de Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas. Tal comitê é o responsável pelo gerenciamento da política e pela instituição do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Em 2021, foi realizada mais uma Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação do STJ. Os resultados estão previstos para serem divulgados no primeiro trimestre de 2022. Assim, a equipe responsável por sua condução aguarda a finalização do tratamento das informações para que possa implementar as melhorias decorrentes dos diversos temas: benefícios, capacitação, distribuição do trabalho, carreira, funções de confiança, inovação, lotação, planejamento estratégico, teletrabalho e valorização dos servidores.



Quadro 18 - Pesquisa de Clima

Governança de Dados

Em março de 2021, por meio da Resolução STJ/GP n. 5/2021, foi criada na estrutura organizacional do STJ, a **Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas - CDAD**, tendo como uma de suas atribuições a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que estava sendo conduzida por um grupo de trabalho multidisciplinar.



Quadro 19 – Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas

Em abril, a CDAD foi nomeada como encarregada pela proteção de dados pessoais neste Tribunal. Desde então, foram realizadas diversas ações de modo a cumprir os termos da LGPD:

- elaboração de um modelo de plano de implementação da LGPD;
- revisão do Inventário de Dados Pessoais – inicialmente, o mapeamento havia sido feito por categoria de titulares. Depois, adotou-se como estratégia, o mapeamento por grupo de atividades que tratam o mesmo bloco de dados pessoais. Essa ação foi implementada nas unidades consideradas como as mais impactadas pela LGPD: SAD, SED, STI, SIS, SSE e SGP;
- condução das ações de capacitação e de conscientização:
 - três edições do curso de Proteção de Dados Pessoais, com a participação de 64 servidores;
 - divulgação de excertos da lei em linguagem acessível;
 - dezenove “Pílulas de LGPD”, publicadas na intranet;
 - “Projeto LGPD na Prática”, com dois vídeos da experiência das unidades na implementação da LGPD.
- participação na elaboração de algumas políticas no Tribunal:
 - política de privacidade para navegação no site do STJ, publicada em março de 2021;
 - política de backup, publicada em janeiro de 2022;

- norma de regulamentação da LGPD no STJ, que terá a 'Política geral de privacidade e proteção de dados pessoais do Tribunal' como anexo **(em andamento)**.
- acompanhamento das requisições dos titulares de dados, dos cidadãos e das unidades internas, via Ouvidoria e por e-mail;
- acompanhamento das implementações no Portal de LGPD do STJ e os respectivos acessos. De abril de 2021 a janeiro de 2022, foram registrados 114.347 acessos;
- identificação dos riscos para a categoria de Dados Pessoais, que já foram incluídos no Plano de Riscos do STJ.

Em se tratando de proteção de dados pessoais no STJ, já é possível observar: um amadurecimento da cultura de proteção de dados pessoais; um maior engajamento da alta administração e demais unidades nas ações relacionadas à proteção de dados; e uma visão mais sistêmica dos dados pessoais, o que permite observar como são tratados na execução das atividades.

O assunto é acompanhado pelo projeto estratégico "Implementação da LGPD", que tem como escopo a adoção das medidas necessárias para a implementação da LGPD no STJ, bem como implementação de um plano de capacitação voltado para preparação do corpo funcional para os desafios impostos por tal lei. Para mais detalhes, acessar os **relatórios de desempenho** e o **painel do Portfólio Estratégico**.



Quadro 20 - Governança de Dados

No que tange à Enfam em relação ao tema, acesse o **Relatório de Desempenho 2021**, que detalha sobre indicadores e projetos que demonstram o desempenho da Escola nesse primeiro momento.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 2021, por meio da **Resolução STJ/GP n. 5/2021**, foi criada a Seção de Riscos Corporativos - SERIC, a qual ficou vinculada à Coordenadoria de Gestão de Processos de Trabalho da Secretaria de Gestão Estratégica – CGEP/SGE.

A criação da unidade demonstrou a preocupação/sensibilidade da Administração do Tribunal com o tema riscos, afinal, proporcionou uma maior autonomia e uma maior independência quanto às atividades desempenhadas pela seção.



Quadro 21 – Instâncias de governança e gestão de riscos do STJ (2020)

No exercício, foi dada continuidade ao monitoramento das contratações e aquisições do Tribunal previstas no Plano de Aquisições e Contratações (PCAq2021).

Foram monitoradas 201 contratações, sendo que a situação do monitoramento atingiu 127 concluídos, 33 dispensados por conterem valores abaixo de R\$ 17,6 mil, onde os planos de riscos não eram obrigatórios, e 41 com pendências relacionadas ao gerenciamento de riscos.

Para se ter uma ideia, as contratações somadas ultrapassaram o valor de R\$ 85,33 milhões. Isso demonstra o quão relevante é esse monitoramento, permitindo que o Tribunal realize ações preventivas com vistas a mitigar os riscos.

Quanto aos projetos e aos programas estratégicos, houve o apoio aos gestores na identificação, na análise, na avaliação e no tratamento dos riscos. Das 57 iniciativas estratégicas constantes no Plano Estratégico STJ 2021-2026, 42 já estão com planos de riscos elaborados. Destaca-se que daquelas que ainda não elaboraram plano de riscos, 5 já foram concluídas, 6 estão em fase de elaboração e 4 ainda não possuem previsão de elaboração.



Quadro 22 – Planos de Risco nas iniciativas estratégicas do STJ

O quantitativo de riscos dos projetos e programas estratégicos monitorados foi de 371 eventos de risco, sendo 364 ameaças e 7 oportunidades. Dentre as ações previstas/executadas para o tratamento dos riscos citados foram identificados 519 controles preventivos/compensatórios.



Quadro 23 – Quantitativo de riscos das iniciativas estratégicas do STJ

De modo geral, alguns projetos tiveram suas entregas ou cronogramas prejudicados em virtude da pandemia, levando-se a termo como concretização de riscos previstos.

Durante 2021, o Comitê de Gestão de Riscos reuniu-se para deliberar sobre os riscos estratégicos para o ciclo 2021-2022 e para aprovação da declaração de apetite a riscos. Além disso, o Comitê de Gestão de Riscos deliberou sobre o processo de gestão de riscos de TIC e sobre o plano de riscos de TIC, sendo ambos analisados, aprovados e encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ em atendimento à **Resolução CNJ n. 370 de 28 de janeiro de 2021**.

A metodologia de gestão de riscos foi revisada, com a disponibilização de novo modelo de plano de riscos que, entre outras melhorias, contempla o monitoramento de riscos e controles.

Em termos de capacitação, foram realizadas oficinas práticas, com participação de mais de 133 servidores responsáveis pelas aquisições, projetos e processos de trabalho. Apesar dessas oficinas práticas, não foi possível a execução integral dos treinamentos em gestão de riscos planejados para 2021, por conta da atipicidade que ainda se vive devido à pandemia. Espera-se que haja uma melhoria nesse cenário em 2022, afinal, o tema é de suma importância para planejamento das atividades do Tribunal.



Quadro 24 - Gestão de Riscos

No que tange à Enfam em relação ao tema de gestão de riscos, acesse o **Relatório de Desempenho 2021**, que detalha sobre o desempenho da Escola no período.

Relacionamento com a sociedade

O Superior Tribunal de Justiça possui diversos canais de atendimento para a sociedade.



Site do STJ: www.stj.jus.br



E-mail: stj.ouvidoria@stj.jus.br



Disque-cidadania: (61) 3319-8888



Formulário eletrônico (clique [aqui](#) para acessar)



Redes sociais: @stjnoticias



Presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h



Cartas: Ouvidoria do STJ - SAFS, quadra 6, lote 1, Trecho III CEP 70.095-900, Brasília/DF

Quadro 25 - Contatos STJ

Normalmente, a porta de entrada das manifestações é a Ouvidoria do Tribunal. Ao recebê-las, encaminha às unidades responsáveis pelas informações. Após, já de posse das informações, responde ao requerente.

Em 2021, foram recebidas 4.366 manifestações, com tempo médio de resposta de **4 dias**.



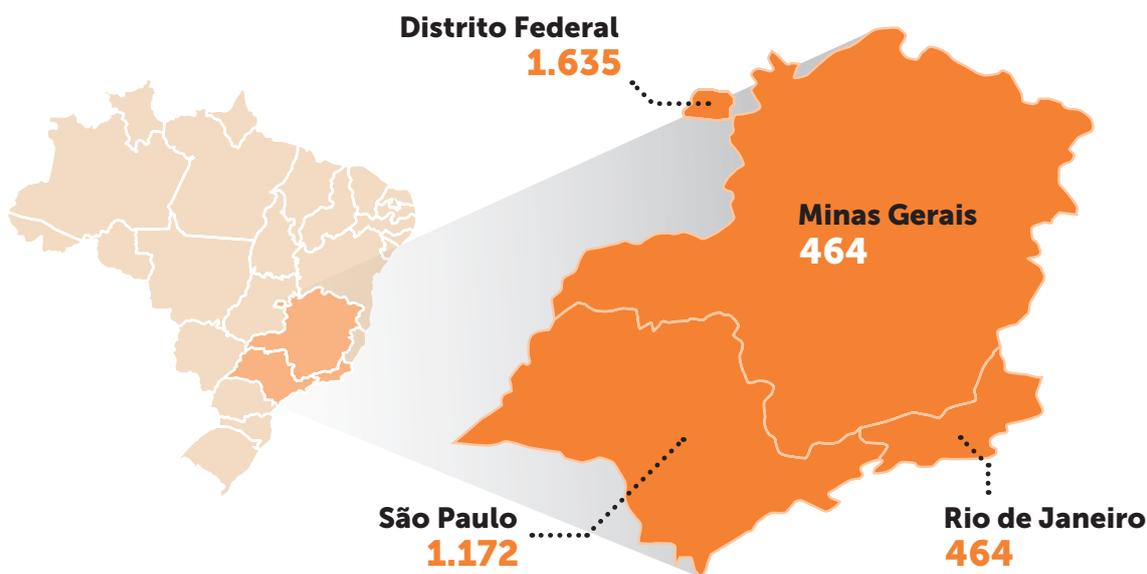
Quadro 26 - Tipos de demandas registradas em 2021 / Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

Entre as manifestações referentes às unidades do Tribunal, que equivalem a 64,34% do total de demandas recebidas, os assuntos mais recorrentes foram:

Jurisprudência
Lei de Acesso à Informação
Orientação Jurídica **Institucional**
Administrativo **Diário da Justiça Eletrônico**
Acompanhamento Processual
Concurso/Estágio **Processo Eletrônico**
Morosidade Jurisdicional
Referente ao Site **Sistema Push**

Quadro 27 - Principais assuntos demandados à Ouvidoria do STJ

No exercício, os Estados brasileiros que mais demandaram o STJ foram DF, SP, RJ e MG, conforme observado a seguir.



Quadro 28 - UF de origem das manifestações em 2021 / Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

No Tribunal, existe uma **pesquisa de satisfação dos usuários com os serviços prestados pelo STJ**. Nela, há formulários que aferem os serviços prestados pelas mais diversas unidades desta Corte. Em 2021, alinhado aos objetivos do ENTIC-Jud 2021-2026, esses formulários foram atualizados com o uso da ferramenta “Office Forms”, trazendo instrumentos mais amigáveis e acessíveis. Ressalta-se que os novos questionários foram publicados em novembro.

Até junho de 2021, os resultados dessa percepção em relação à satisfação dos usuários com os serviços eram aferidos pelo indicador estratégico “Satisfação do cidadão”, contido no Plano STJ 2020. Para mais detalhes, acesse o **relatório de desempenho institucional do segundo trimestre**.

Já em relação ao Plano Estratégico STJ 2021-2026, a questão é medida pelo indicador “Satisfação com os serviços do STJ”, o que reforça o papel do STJ como o “Tribunal da Cidadania”, pois a opinião do cidadão impacta diretamente no curso dos planos e ações desta Corte. Para mais informações, acesse o **relatório de desempenho institucional**.

Cumpra registrar que, em 2021, foi elaborado um **guia metodológico das pesquisas de satisfação**. Esse documento traz informações sobre a metodologia utilizada na pesquisa e ainda orienta as unidades para a elaboração das minutas de questionário das suas pesquisas, as quais, posteriormente, são analisadas e validadas pela Ouvidoria.

Por fim, visando ao aprimoramento do relacionamento com a sociedade, no plano estratégico vigente, elaborou-se o indicador “Imagem do STJ”, que mensura como está a percepção da sociedade em relação ao Tribunal. Isso é feito por meio de uma Pesquisa de Imagem. O processo foi iniciado em janeiro de 2021, com a aplicação do questionário durante o período de 18 de outubro a 23 de novembro de 2021. Ao todo, foram 6.113 avaliações respondidas (entre o público-alvo Cidadãos, Advogados e Tribunais) e as respostas serão analisadas a partir de janeiro de 2022, com a colaboração e orientação de professores da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Os resultados da pesquisa devem ser apresentados à sociedade no primeiro trimestre de 2022.



Quadro 29 - Pesquisa de imagem do STJ

Em relação às iniciativas estratégicas, vinculadas ao tema, vêm sendo realizadas algumas ações de modo a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

(Lei n. 13.709/2018). Uma delas é que haverá o recebimento de Requisição de Titular de Dados Pessoais – RTDP. Para isso, houve uma adaptação do sistema utilizado pela Ouvidoria do STJ, para recepção e gerenciamento de demandas. Como forma de comprovação de identidade, optou-se em aderir à conta “gov.br”, que comprova em meios digitais que a pessoa é, de fato, quem ela diz ser.

É importante lembrar que todas as informações úteis à sociedade referentes à atuação do Superior Tribunal de Justiça também estão disponibilizadas e atualizadas no **Portal da Transparência**, no sítio do STJ na internet.

Mais do que nunca, em 2021, o Tribunal esteve presente no mundo digital. Em se tratando do **Portal STJ**, principal vitrine para a sociedade, houve o registro de 25,5 milhões de visitas, recorde absoluto na série histórica, com um incremento de 10%, comparado ao ano anterior.



25,5 milhões de visitas +10% em relação a 2020 e recorde absoluto

Ao desdobrar esses acessos, percebe-se um crescimento significativo na visualização das **Notícias**, com um aumento de 53% ao comparar com 2020 (de 6,2 milhões, em 2020, para 9,5 milhões, em 2021).

Vizualizações de notícias Site do STJ

2020	6,2 milhões
2021	9,5 milhões

Quadro 30 - Visualizações de notícias no site do STJ

A divulgação de notícias é diária e registrou recorde em termos de produtividade, com a publicação de 1.818 notícias (aumento de 15,4%, comparado ao ano anterior). Essas

notícias servem como fonte de consulta para milhares de veículos de comunicação em todo o país. O resultado prático disso é o aumento na exposição da corte na mídia nacional. Em 2021, foi publicado, nos diversos meios de comunicação, um total de 64.550 notícias mencionando o STJ ou um de seus ministros.

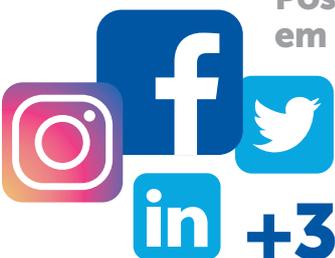
No período, os eventos e as sessões de julgamento continuaram de maneira online. Foram transmitidos 353 eventos ao vivo no canal do STJ no YouTube. Também houve recorde nas visualizações, com mais de dois milhões de views nos vídeos disponíveis no YouTube, além de um aumento de 25% no número de inscritos.

 **YouTube** 2021
2.047.775
Recorde no total de visualizações

Ainda nas plataformas digitais, programas do STJ foram ouvidos 140 mil vezes nos canais institucionais no SoundCloud e no Spotify. O total **é o dobro do registrado no ano anterior**.

Em relação às quatro redes sociais oficiais do Tribunal (Facebook, Twitter, Instagram e LinkedIn) em 2021, foram publicadas 4.534 postagens. Resultado 37% maior que o registrado em 2020. Destaque para o Instagram do STJ, com acréscimo de 60 mil novos seguidores, o que representa um aumento de 10%.

Postagens publicadas em 2021: **4.534**
+37% em relação a 2020



O esforço de comunicação não se resume ao Portal STJ e às mídias sociais. Ao todo, foram produzidas 699 matérias, *links* e reportagens para os jornais da TV Justiça. Outras 1.117 notícias foram produzidas para a Rádio Justiça e 247 reportagens feitas, especialmente, para o programa A Voz do Brasil.

No âmbito da comunicação interna, foram produzidas 2.567 notícias. Dessas, foram enviadas 1.109 notícias, por meio da lista de transmissão ConexãoSTJ no WhatsApp, ferramenta lançada em 2021.

Cabe destacar a preocupação do STJ em não apenas disponibilizar as informações, mas também levá-las ao alcance do público em geral. As ações para garantir o acesso aos produtos, serviços e instalações do STJ são desenvolvidas no âmbito do **Programa Semear Inclusão** desde 2018.

Em 2021, a elaboração do planejamento das ações de acessibilidade e de inclusão foi feita considerando as diretrizes da atual administração e da Presidente da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão, contidas no Relatório do Encontro 2018 dos Servidores com Deficiência e Mobilidade Reduzida, bem como nos resultados obtidos, em 2020, no Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade (Acordo de Cooperação n. 002/2018).

O planejamento foi dividido em “dimensões”, as quais retratam as áreas de saber em que se deve investir esforços para minimizar e/ou eliminar paulatinamente as barreiras que dificultam a igualdade de oportunidade de participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no cotidiano do STJ. Além disso, foi inserido um segmento relativo aos Grupos de Trabalho decorrentes de resoluções e/ou recomendações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, existe o indicador “Acessibilidade no STJ”, que mede o quão acessível o Tribunal está para o cidadão com base nessas dimensões, demonstrando a preocupação com todos. Para mais informações, acesse o **relatório de desempenho institucional**.

A Enfam, por sua vez, disponibiliza, em seu sítio, os meios de contato com os magistrados e a sociedade.



Site da Enfam: www.enfam.jus.br



Telefones: (61) 3319-7700 ou 3319-7850



Formulário eletrônico (clique **aqui** para acessar)



E-mail: enfam@enfam.jus.br



Endereço: SCES - Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF)
Brasília – DF, Brasil, CEP: 70.200-003

Quadro 31 - Contatos Enfam

2. Resultados da Gestão

STJ em números

O painel abaixo resume os resultados com as atividades jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça em 2021.



Quadro 32 - Tipos de demandas registradas em 2021

Neste último exercício, em se tratando de movimentação processual, a quantidade de julgados (processo principal) foi de 427.906 processos, ou seja, mais de 19.000 em relação aos recebidos (408.770). Entre os julgados, mais de 132 mil decisões foram proferidas em recursos internos de Agravos Regimentais, Agravos Internos e Embargos de Declaração.

Ressalta-se que de 2018 a 2020, a média de julgados se manteve em estabilidade, na casa dos 520 mil processos anuais. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido aos processos principais, visto que as decisões em recursos internos se mantiveram praticamente estáveis em relação a 2020.

Em relação aos estados de origem da distribuição dos processos, em 2021, os três primeiros foram: São Paulo (34,54%), seguido de Rio Grande do Sul (10,13%) e Rio de Janeiro (10,01%), totalizando quase 55% daquilo que foi distribuído.

Quanto aos processos tramitando, o Tribunal conseguiu mantê-los na casa dos 200 mil (268.314).

560.405

Processos Julgados

(Incluindo AgInt, AgRg e EDcl)



427.906

Processos Julgados

(Excluindo AgInt, AgRg e EDcl)



408.770

Processos Recebidos

268.314

Processos Tramitando

(Em 31/12/2021)



Isso demonstra o quanto esta Corte tem se empenhado na geração de seu principal valor público para a sociedade, a Prestação Jurisdicional ágil, moderna, preventiva e cidadã.

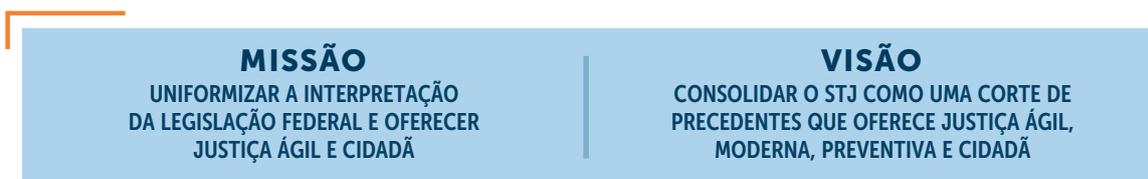
Para uma justiça ágil, o Tribunal julga com celeridade, zelando pela razoável duração do processo judicial.

Uma justiça moderna conta com o auxílio de tecnologias e com processos de trabalho mais efetivos, de modo a ser mais eficiente e comprometido com a racionalização e a agilidade dos serviços.

Já para uma justiça preventiva, a interpretação uniforme das leis federais proporciona previsibilidade de julgamentos, prevenindo litígios, com maior estabilidade às relações sociais.

Por fim, a justiça cidadã agrega valor ao cidadão, decidindo causas que dizem respeito diretamente ao seu cotidiano, como direito do consumidor, questões de família e de comércio, sendo acessível a todos, sem distinção de origem, raça, gênero, poder econômico ou relações de influência, contribuindo dessa forma para a igualdade social.

Outros pontos relevantes para a entrega desse valor público, estão descritos na **missão** e na **visão de futuro** definidas no **Plano Estratégico STJ 2021-2026**.

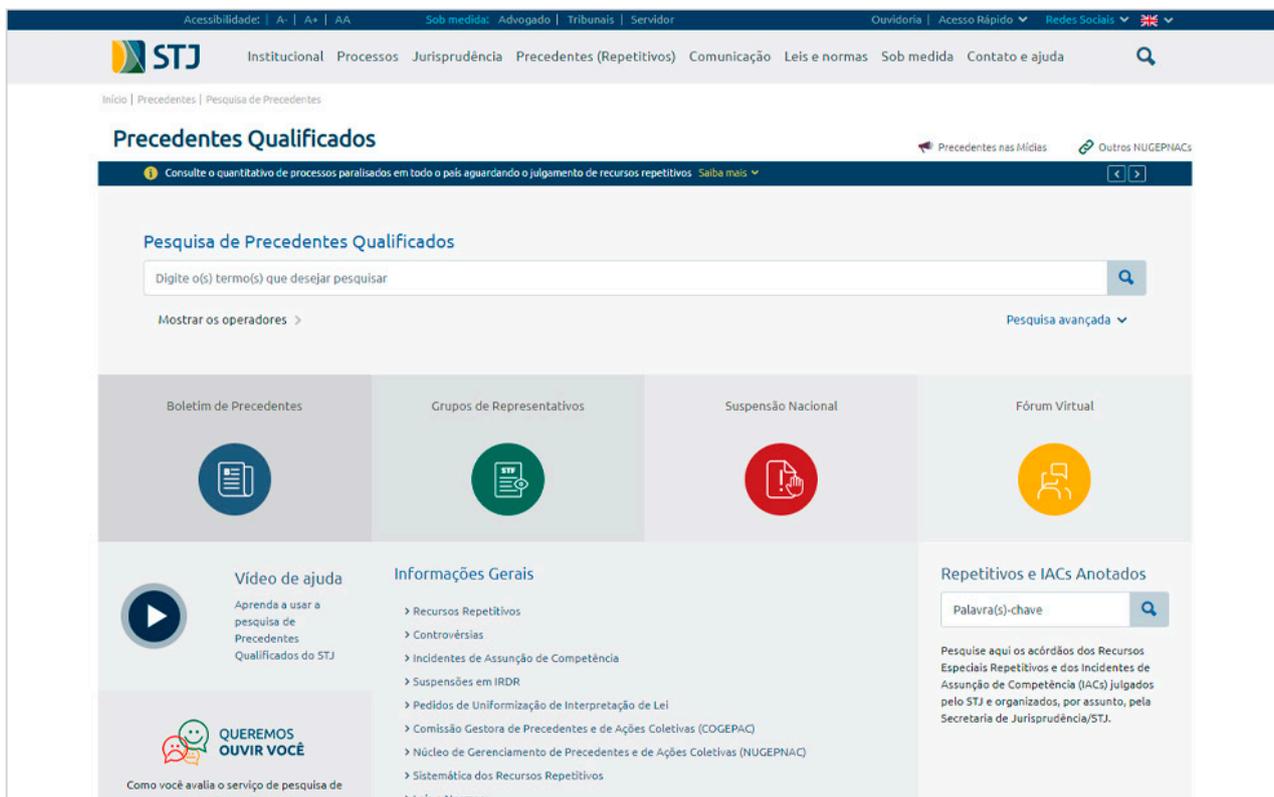


Para alcançar sua visão de futuro, consolidando-se como uma corte de precedentes, um dos caminhos é o fortalecimento dos recursos repetitivos. No Plano STJ 2020, o assunto foi acompanhado por meio do indicador “Tempo médio da afetação à publicação do acórdão”, em que o foco é diminuir o tempo entre a afetação e a publicação dos acórdãos afetados a partir da vigência do novo Código de Processo Civil - CPC (18/3/2016), demonstrando a preocupação de dar celeridade aos processos no rito dos repetitivos.

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, existe o objetivo “Consolidar o sistema de precedentes qualificados”, com a manutenção do indicador citado no parágrafo anterior e o acréscimo de outro indicador, “Publicação de acórdãos no prazo”, complementando o primeiro de forma a identificar a quantidade de recursos repetitivos que foram finalizados no prazo de até 365 dias.

Essa priorização influenciará no julgamento de diversos processos sobrestados ou não nas instâncias de origem e no próprio STJ. Mais detalhes estão disponíveis nos RDIs do **Plano STJ 2020** e do **Plano Estratégico STJ 2021-2026**.

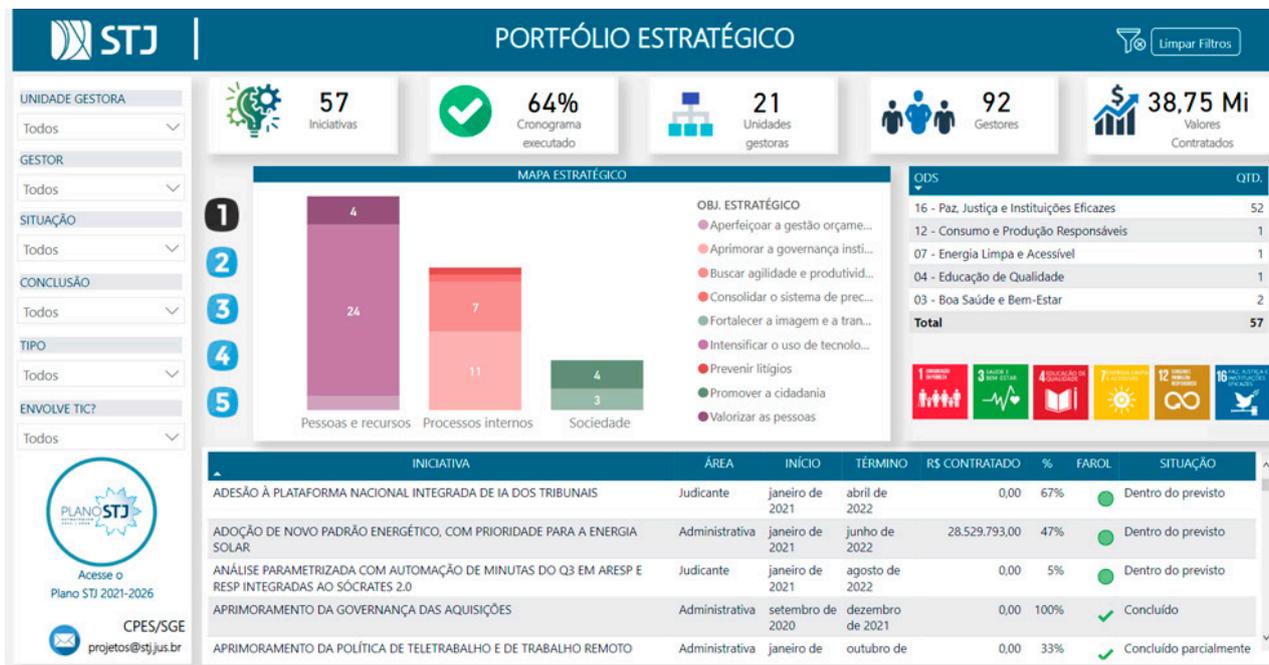
No sítio do STJ, a **página de recursos repetitivos** divulga informações sobre os processos que ensejam a criação de precedentes qualificados no STJ, do recurso indicado pelos tribunais de origem como representativo da controvérsia e dos pedidos de suspensão nacional em incidente de resolução de demandas repetitivas. Isso tem a finalidade de auxiliar magistrados e servidores nas atividades de sobrestamento de processos, de aplicação de tese e de juízo de retratação.



Quadro 33 - Página de recursos repetitivos

Em relação às iniciativas com foco em recursos repetitivos, atualmente, existem duas em vigência: **“Criação do Núcleo de ações coletivas (NAC – STJ)”**, que tem por objetivo a criação do Núcleo de Ações Coletivas (NAC) que funcionará junto ao NUGEP, em atendimento à Resolução CNJ n. 339/2020, com o objetivo de reduzir as ações coletivas e criar precedentes; **“Projeto de redução de demandas”**, que trata do mapeamento das controvérsias submetidas ao STJ e o monitoramento da atuação jurídica das partes, especialmente dos grandes demandantes, a fim de executar estratégias voltadas à prevenção de litígios, gerenciamento de precedentes qualificados e de ações coletivas, fomento à resolução consensual das controvérsias”.

Para mais detalhes, acessar o **painel de portfólio estratégico**, em que constam informações sobre o andamento de todas as outras iniciativas estratégicas do Tribunal. Os resultados também podem ser consultados no **RDI 2021**.



Quadro 34 - Portfólio Estratégico

Plano de Gestão 2020-2022

Em relação ao **Plano de Gestão** para o biênio 2020-2022, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em parceria com o STJ, apresentou em 2021 os seguintes resultados quanto às iniciativas que o compõem:

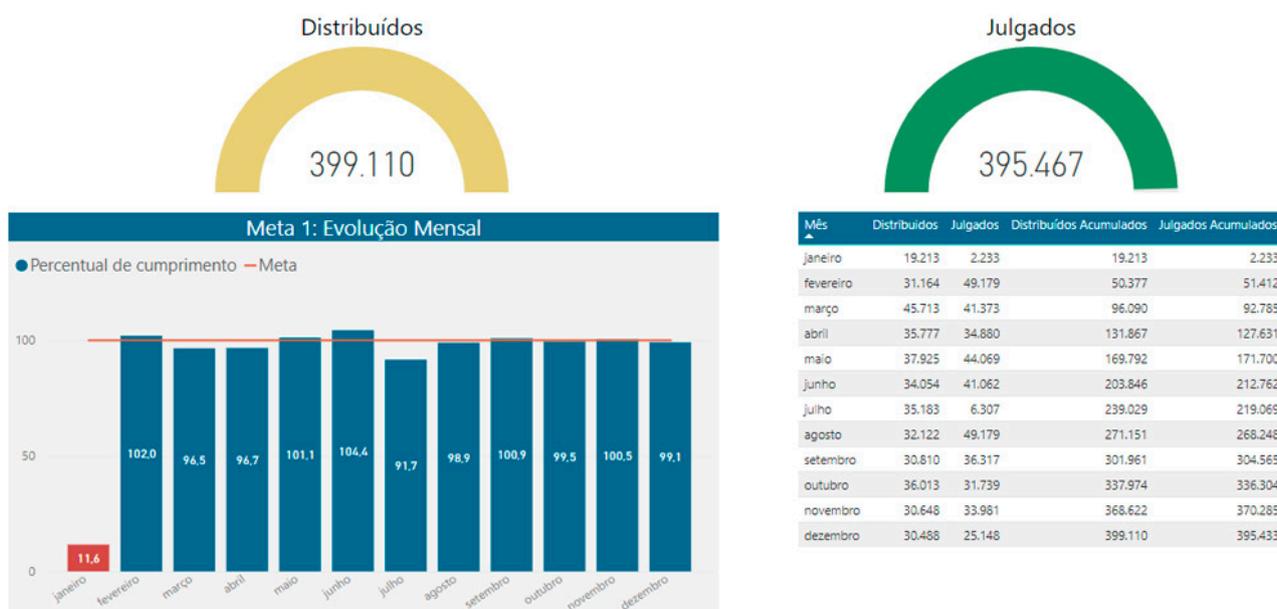


Quadro 34A – Iniciativas do Plano de Gestão para o biênio 2020-2022

Metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário – 2021

Com foco no aumento de produtividade e na priorização de determinados tipos de processos, o STJ buscou, cada vez mais, oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional de qualidade e uma justiça mais próxima do cidadão. Afinal, esse é o principal valor público a ser gerado por esta Casa. A seguir, os resultados em formato de painéis de BI.

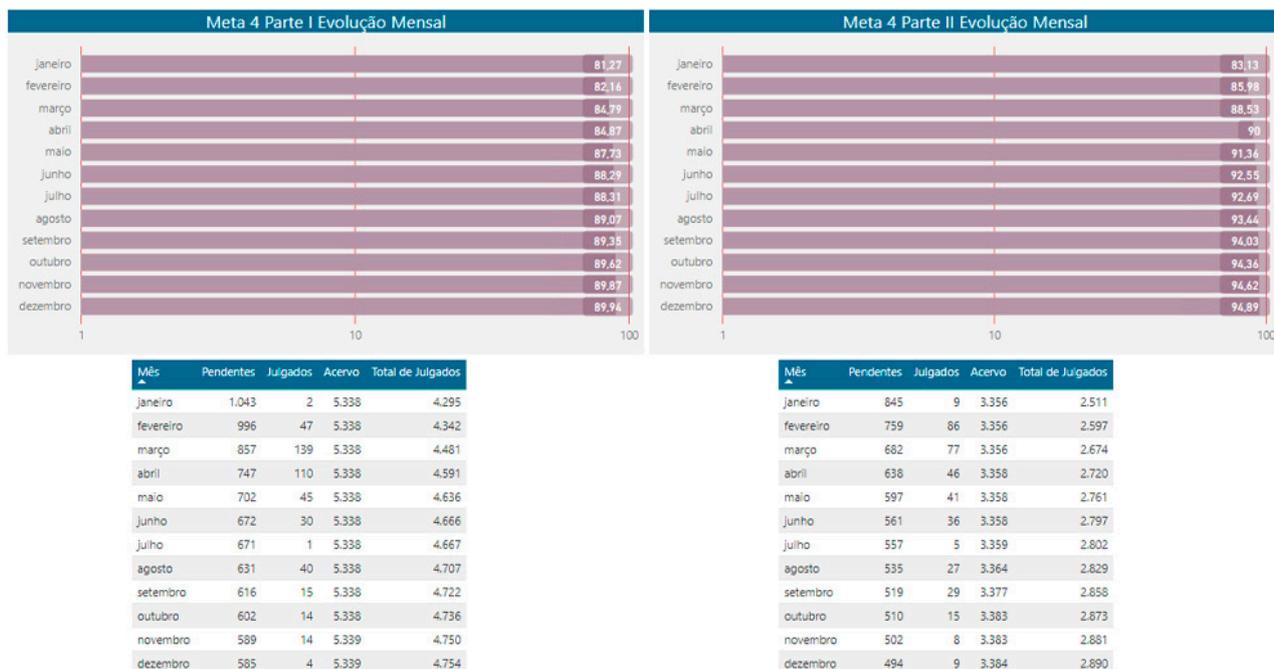
META 1: Julgar mais Processos que Distribuídos



META 2: Julgar os Processos Mais Antigos

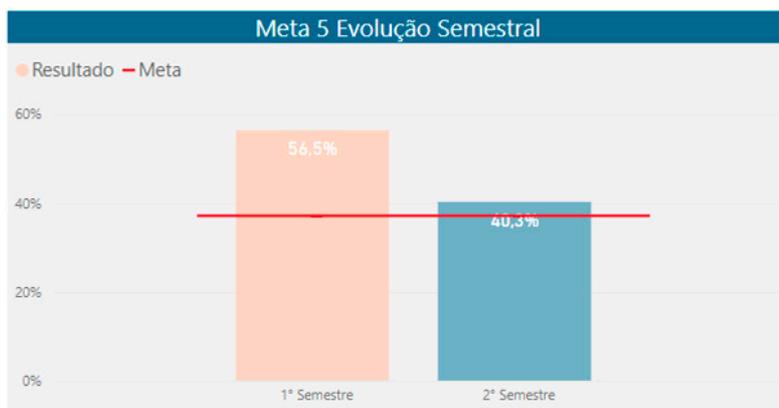


META 4: Priorizar o Julgamento dos Processos Relativos a Crimes Contra a Administração Pública e a Improbidade Administrativa



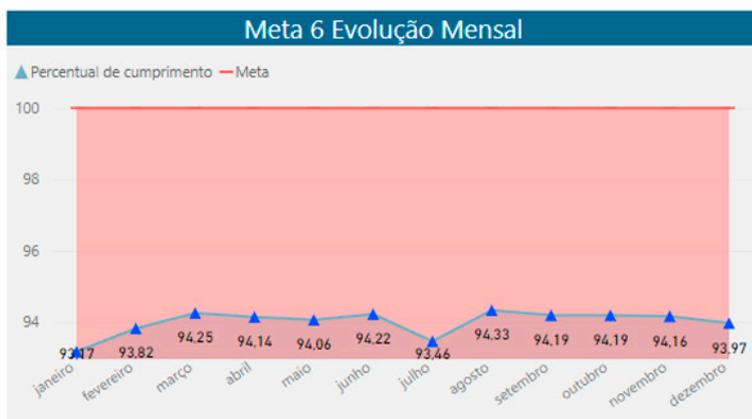
META 5: Reduzir a Taxa de Congestionamento

2021 Meta: Reduzir para 37% a taxa de congestionamento, até 31/12/2021



Período	Casos pendentes	Total de processos baixados
1º Semestre	261.890	201.986
2º Semestre	268.314	397.902

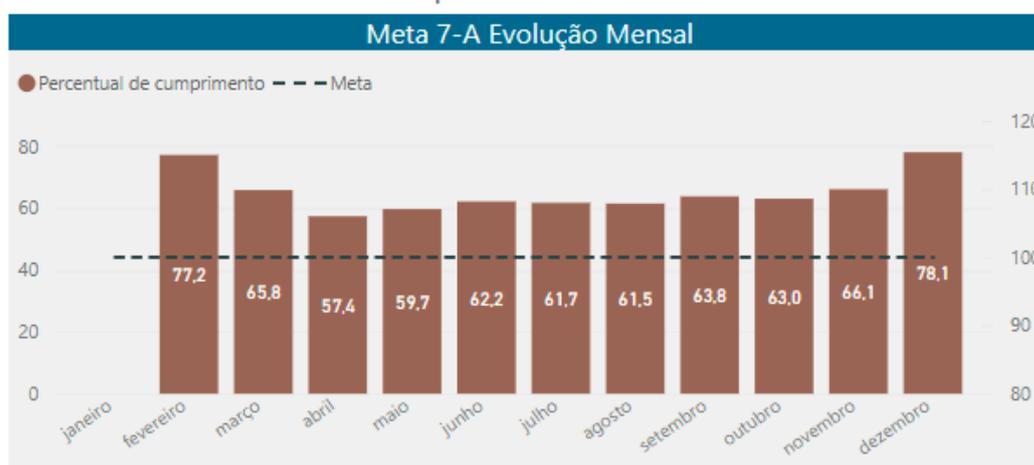
META 6: Priorizar o Julgamento das Ações Coletivas



Mês	Acervo	Julgados Total
janeiro	19.982	18.431
fevereiro	20.109	18.677
março	20.423	19.057
abril	20.628	19.224
maio	20.867	19.432
junho	21.084	19.666
julho	21.276	19.684
agosto	21.458	20.038
setembro	21.677	20.212
outubro	21.966	20.441
novembro	22.141	20.638
dezembro	22.335	20.776

META 7: Priorizar o Julgamento dos Processos dos Maiores Litigantes e dos Recursos Repetitivos

Garantir o Tempo Médio em Dias da Afetação à Publicação do Acórdão dos Recursos Repetitivos de Temas Afetados



Mês	Dias Percorridos	Acórdãos Publicados
janeiro	0	0
junho	643	2
agosto	669	1
setembro	1029	3
dezembro	1243	4
fevereiro	1418	3
novembro	1682	5
outubro	3132	5
abril	3443	4
maio	3908	7
julho	4238	7
março	4680	8

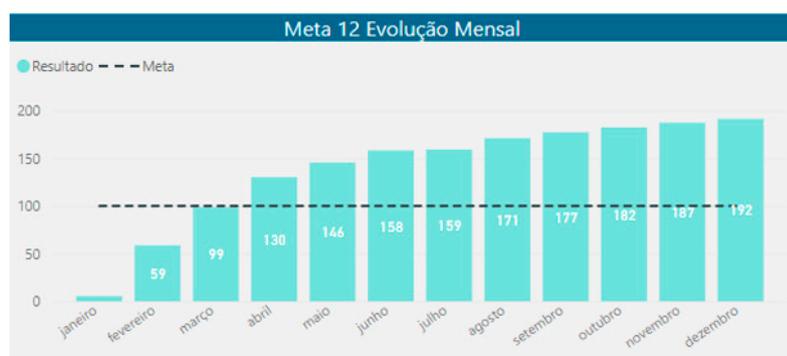
META 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário



Pergunta	Resultado_1
Número do ODS escolhido pelo Tribunal	8 (Trabalho crescente e crescimento econômico)
Número na TPU de um dos três assuntos mais demandados no Tribunal correlacionado ao ODS escolhido	Assunto 195
O Tribunal elaborou plano de ação?	Sim
O Tribunal enviou o plano de ação ao CNJ?	Sim
Percentual de execução da ação planejada?	100

Plano de Ação	
Ação	Situação
Revisão do plano de ação para cumprimento da meta.	Ação concluída
Realização de reunião de ponto de controle para balanço das atividades realizadas e possíveis ajustes nas estratégias de redução de litígios e de "desjudicialização" de matéria previdenciária, firmadas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica n. 04/2020 com AGU.	Ação concluída
Priorização do assunto a ser tratado na meta 9 pela Presidência do STJ.	Ação concluída
Mapeamento e apresentação do levantamento das controvérsias e temas repetitivos de matéria previdenciária.	Ação concluída
Identificação de ações de prevenção e "desjudicialização" possíveis, visando o cumprimento da meta 9.	Ação concluída
Envio do plano de ação da meta 9/2021 atualizado ao CNJ	Ação concluída
Divulgação, em caráter informativo, aos gabinetes de ministros relatores da Primeira Seção, das controvérsias e temas repetitivos de matéria previdenciária para fomentar a afetação e julgamento dos respectivos casos.	Ação concluída
Divulgação dos resultados das ações de redução de litígio e de "desjudicialização" de matéria previdenciária obtidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica n. 04/2020.	Ação concluída
Definição dos indicadores de desempenhos relacionados ao trabalho de redução de litígios e de gerenciamento de precedentes, de matéria previdenciária.	Ação concluída
Aprovação do plano 2021 atualizado pela Presidência do STJ.	Ação concluída

META 12: Impulsionar os Processos de Ações Ambientais



Mês	Julgados Mês	Acervo	Julgados Acumulados
dezembro	24	1472	1126
novembro	29	1472	1102
outubro	30	1472	1073
setembro	37	1472	1043
agosto	69	1472	1006
julho	5	1472	937
junho	75	1472	932
maio	90	1472	857
abril	187	1472	767
março	235	1472	580
fevereiro	314	1472	345
janeiro	31	1472	31

Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Em 2021, o STJ recebeu o Selo Diamante do *Prêmio CNJ de Qualidade*, com pontuação de 83,02%. Avaliou-se as vertentes de Governança, Produtividade, Transparência, Dados e Tecnologia.

O prêmio foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em 2019, para estimular a busca da excelência na gestão e o planejamento no Judiciário.



Orçamento e demonstrações contábeis

A Lei Orçamentária Anual de 2021 – LOA/2021 fixou dotação orçamentária para o Superior Tribunal de Justiça no valor total de R\$ 1.684.375.322.

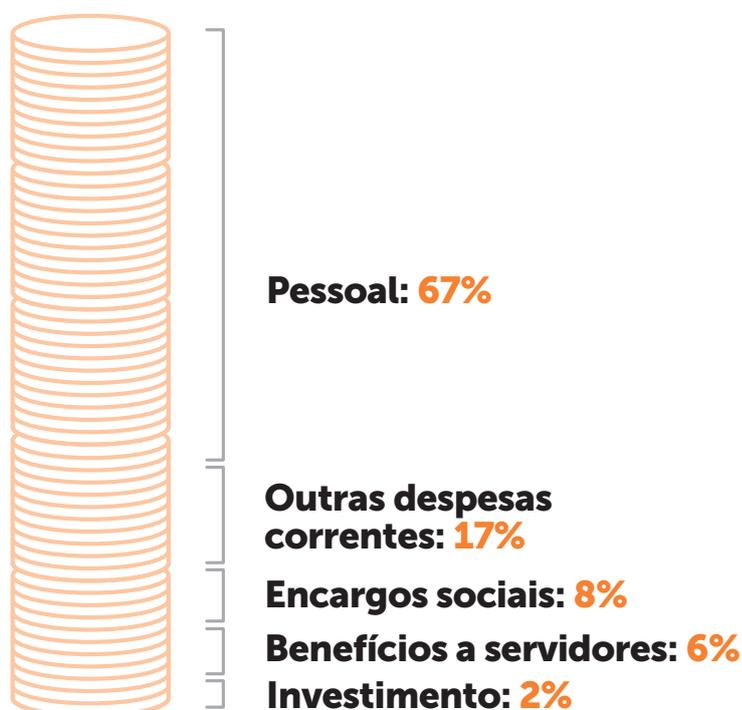
Desse montante, R\$ 1.550.142.432 destinaram-se às despesas primárias, dos quais R\$ 1.517.813.015 representam a base de cálculo do limite de teto de gastos e R\$ 32.329.417 a recomposição prevista pelo Novo Regime Fiscal (NRF)¹.

Para o atendimento das despesas financeiras, foram disponibilizados, inicialmente, R\$ 134.232.890 relativos a Encargos Sociais.

Por meio da Portaria Conjunta CNJ/STJ n. 8, de 11/10/2021, e da Lei n. 14.270, de 23/12/2021, o STJ remanejou ao CNJ o montante de R\$ 15.000.000 do seu limite de gastos, que passou a totalizar R\$1.535.142.432.

A seguir, a composição da LOA/2021 para o STJ e depois a evolução da dotação e execução orçamentária da despesa a partir de 2019.

Composição da Dotação inicial do STJ em 2021



Quadro 35 - Composição da Dotação inicial do STJ 2021 | Fonte: Tesouro Gerencial em 12.01.2022

1. O Novo Regime Fiscal limita o incremento das despesas primárias à variação apurada pelo IPCA para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária (em 2021 antes das Emendas constitucionais n. 113 e 114/2021).

Dotação inicial, despesas empenhadas, liquidadas e pagas do Superior Tribunal de Justiça de 2019 a 2021:

	2019	2020	2021
Dotação Inicial (LOA)	1.644.751.462,00	1.625.723.822,00	1.684.375.322,00
Dotação Atualizada	1.644.751.462,00	1.648.002.093,00	1.670.250.070,00
Despesas Empenhadas	1.544.468.999,00	1.542.811.897,00	1.594.764.787,00
Despesas Liquidadas	1.487.696.921,00	1.506.196.014,00	1.553.123.571,00
Despesas Pagas	1.485.602.551,00	1.504.647.553,00	1.545.748.398,00

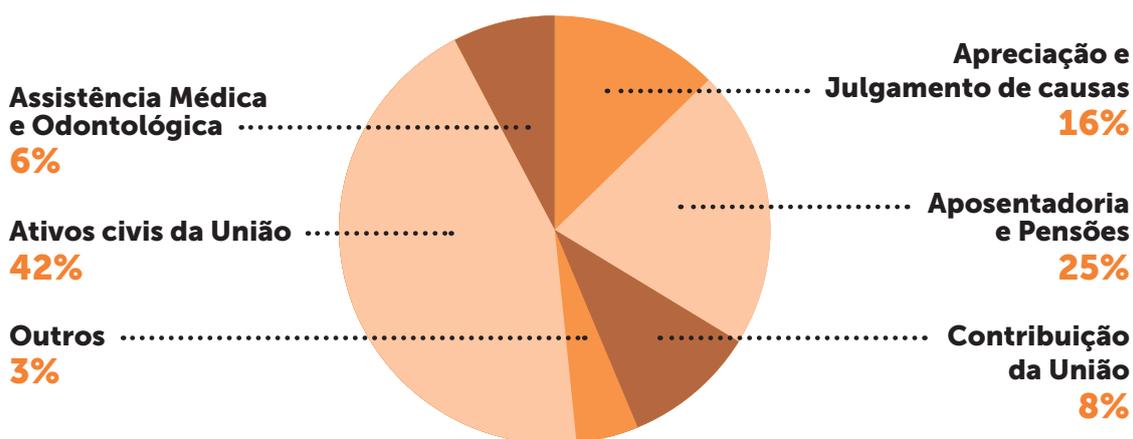
Fonte: Tesouro Gerencial em 12.01.2022, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

Principais Programas e Ações

O STJ possui apenas Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, conforme diretrizes do PPA 2020-2023, sendo que o 0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, deteve quase a totalidade da dotação final do ano.

A distribuição da dotação final desta Corte, entre suas ações orçamentárias:

Dotação atualizada do STJ em 2021 (principais ações)



Quadro 36 - Dotação atualizada do STJ em 2021 (principais ações)

Diante das demonstrações financeiras de pagamento das principais ações do STJ, destacam-se:

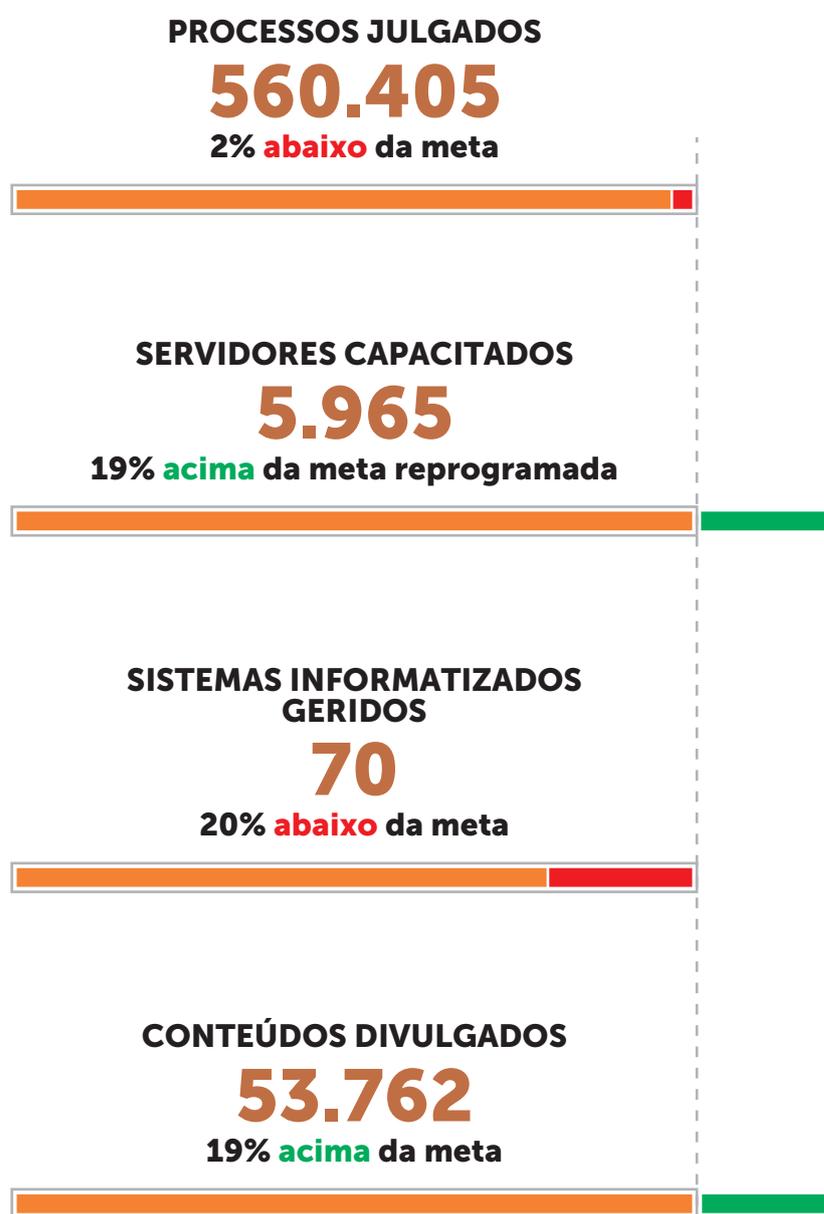
20TP – Ativos Cíveis da União e

0181 – Aposentadorias e Pensões Cíveis da União

São as principais ações de gastos com Pessoal e representaram, juntas, cerca de 67% da dotação total, com execução média de 98%.

4236 – Apreciação e Julgamento de Causas

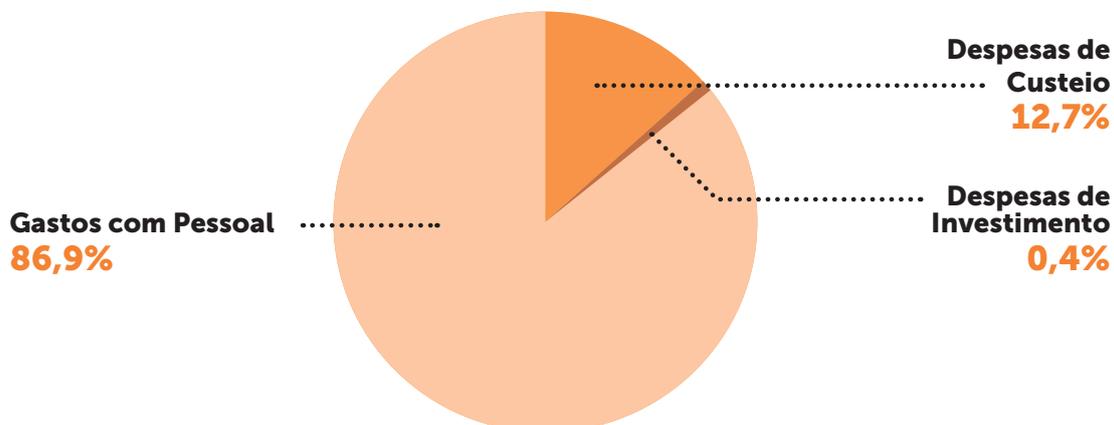
É a principal ação discricionária, totalizando 16% da dotação total autorizada para o exercício, com execução média de 76% da dotação atualizada no triênio 2019-2021. A ação viabiliza atividades de manutenção e investimento do Tribunal. Em 2021, gerou os seguintes resultados, mesmo que alguns contratos e ações tenham sido impactados pelas medidas de distanciamento social motivadas pela pandemia:



Alocação Orçamentária – Finalidade dos recursos

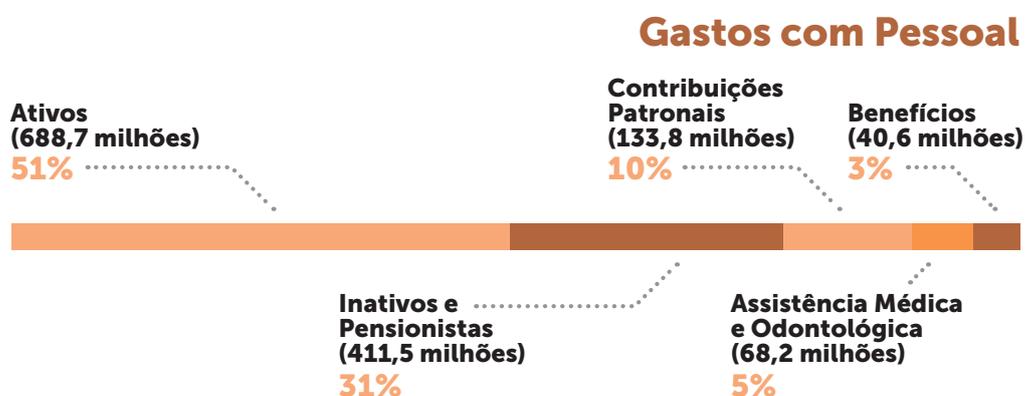
Em 2021, as despesas do STJ se concentraram em três áreas:

Distribuição das Despesas pagas do STJ em 2021



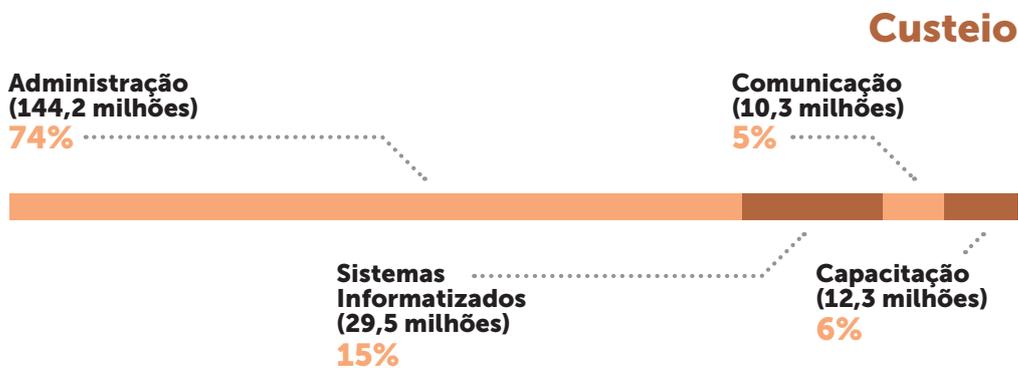
Quadro 37 - Distribuição das Despesas pagas do STJ em 2021

GASTOS COM PESSOAL: compreende os gastos com auxílios, benefícios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral, auxílio moradia), assistência médica e odontológica, além das despesas de pessoal e encargos sociais. Em 2021, essa área de despesa totalizou R\$ 1.342.929.693, representando 86,9% dos pagamentos.



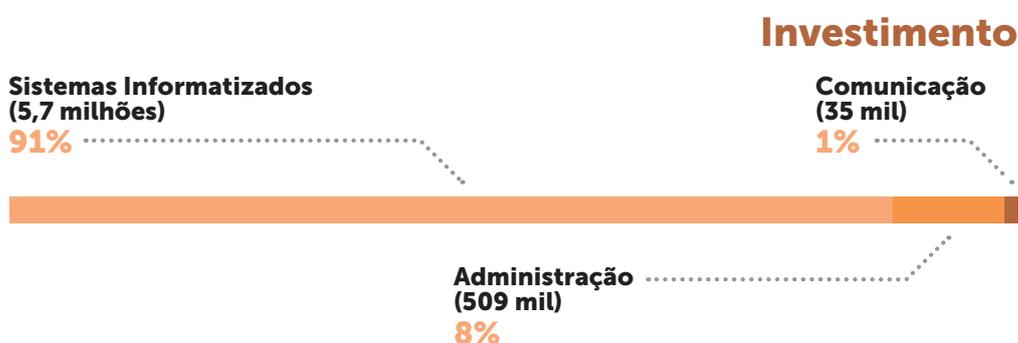
Quadro 38 - Gasto com pessoal no STJ | Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 12.01.2022, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

CUSTEIO: engloba despesas com serviços de apoio e manutenção que viabilizam o julgamento de causas e demais atos jurisdicionais de competência do STJ; treinamento, formação e aperfeiçoamento de servidores e magistrados; e a realização de campanhas de comunicação institucional e divulgação por meio da mídia em geral, perfazendo um montante pago de R\$ 196.565.200, 12,7% do total.



Quadro 39 - Gasto com custeio no STJ | Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 12.01.2022, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

INVESTIMENTO: corresponde às dotações aplicadas no patrimônio permanente, como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, entre outros. Os pagamentos nessa área somaram R\$ 6.253.506.



Quadro 40 - Gasto com investimento no STJ | Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 12.01.2022, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

Valores Pagos – Despesas pagas pelo STJ

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Natureza de Despesa: Classe de gasto em que foi realizada a despesa

Elemento de Despesa: Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos

Despesas pagas do Superior Tribunal de Justiça em 2021 (por Grupo de Natureza de Despesa)



Quadro 41 - Despesas pagas do STJ em 2021 (por Grupo de Natureza de Despesa)

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais	
Elemento de despesa	Valor pago (R\$)
11 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	671.468.834,00
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner e Reform Militar	343.360.164,00
13 - Obrigações patronais	136.389.444,00
Demais elementos	82.846.607,00
TOTAL	1.234.065.049,00

Grupo 3 - Outras despesas correntes	
Elemento de despesa	Valor pago (R\$)
37 - Locação de mão de obra	122.693.179,00
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	80.409.984,00
46 - Auxílio-alimentação	32.221.921,00
Demais elementos	70.104.760,00
TOTAL	305.429.844,00

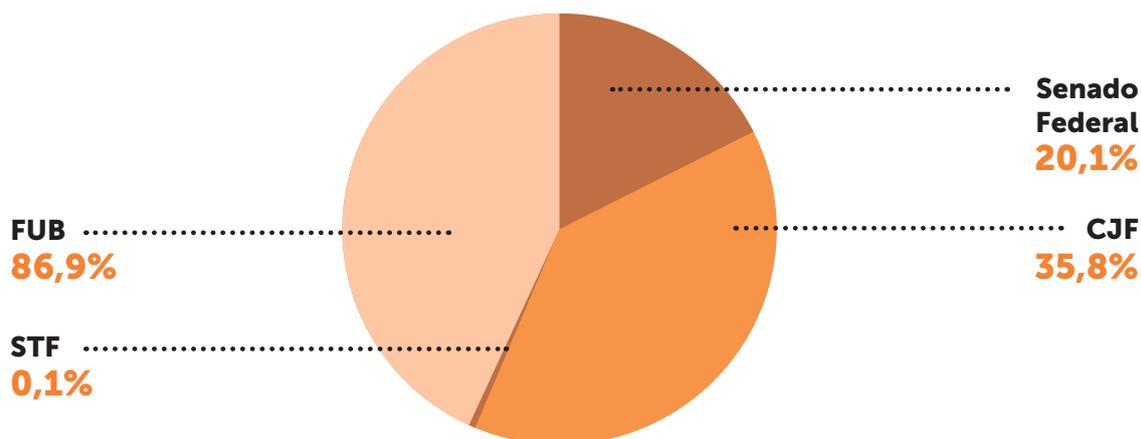
Grupo 4 - Investimentos	
Elemento de despesa	Valor pago (R\$)
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.501.479,00
52 - Equipamentos e material permanente	680.720,00
51 - Obras e instalações	66.957,00
Demais elementos	4.350,00
TOTAL	6.253.506,00

Quadro 42 - Despesas pagas do STJ em 2021 (por Elemento de Despesa)
 Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 27.01.2022, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101.

Descentralizações de recursos

Da dotação inicial recebida pelo STJ na LOA 2021, R\$ 12.811.500 foram transferidos a outros órgãos, sob a forma de descentralizações de crédito, para fins de ressarcimentos de despesas e ações de capacitação e divulgação institucional. Desse total, R\$ 10.059.237 são relativos à Ação 20G2, cuja análise consta em capítulo específico, e R\$ 2.752.262 referem-se a valores descentralizados pela UG do STJ, representado no gráfico abaixo:

Distribuição das Descentralizações do STJ em 2021



Quadro 43 - Distribuição das Descentralizações do STJ em 2021 | Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 12.01.2022, considerando os destaques concedidos pela UG 050001. Os destaques concedidos pela UG 050002 serão tratados em outro capítulo.

A lista “Transferências concedidas e recebidas” está disponível no **Portal da Transparência do STJ**.

Por outro lado, o STJ executou R\$ 431,5 milhões de destaques recebidos de outras unidades da União, dos quais 99,1% atenderam ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (detalhado no tópico “Despesas da União”) e 0,9% a outras despesas.

Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas².

Os montantes inscritos em restos a pagar (RP) referem-se, em sua maior parte, a despesas contratuais, com pessoal ou benefícios.

A evolução dos pagamentos dos RP (inscritos e reinscritos) está apresentada no gráfico a seguir, sendo que a média desses pagamentos foi de 70,45%:

². De acordo com a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, art. 36.

Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos x Pagos de 2019 a 2021



Quadro 44 - Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos x Pagos de 2019 a 2021 | Fonte: Consulta extraída do Tesouro Gerencial em 12.01.2022, considerando a execução orçamentária da Unidade Orçamentária 11101. Os valores inscritos referem-se aos restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos.

Observa-se que houve redução na inscrição e na reinscrição de RP acompanhada de consequente diminuição dos montantes pagos.

O valor total de RP inscrito e reinscrito para 2022 foi R\$ 53.346.820, superior ao exercício de 2021 em 20,03%, mantendo-se inferior aos demais exercícios apresentados.

Teto de Gastos

A Emenda Constitucional n. 95/2016 estabeleceu limites individualizados para as despesas primárias, segregando Poderes e Órgãos, de forma que cada Órgão elencado no art. 107 do ADCT passa a ter um referencial limitador de seus gastos primários para cada exercício.

Na verificação do cumprimento do limite do Superior Tribunal de Justiça, são consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos que afetam o resultado primário no exercício.

Conforme pode ser observado no gráfico, o STJ tem respeitado o teto de gastos nos anos de vigência da EC n. 95/2016, numa execução média de 94,4%:

Teto de gastos x Despesas Pagas no STJ de 2019 a 2021³



Quadro 45 - Teto de gastos x Despesas Pagas no STJ de 2019 a 2021 | Fonte: Tesouro Gerencial em 12.01.2022 e Leis Orçamentárias. As despesas pagas referem-se aos valores pagos incluindo os restos a pagar pagos processados e não processados excluindo-se as despesas financeiras.

Em 2021, o STJ remanejou ao CNJ o montante de R\$ 15.000.000 do seu limite de gastos, conforme, Portaria conjunta CNJ/STJ nº 8, de 11/10/2021, e da Lei nº 14.270, de 23/12/2021.

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

Em 2021, os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelo STJ guardaram conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria. O Tribunal cumpriu o limite individualizado previsto no art. 107 do ADCT.

A pandemia exigiu a continuidade das medidas de prevenção como a adoção do trabalho remoto pela maioria dos servidores, magistrados e colaboradores do Órgão.

Essa realidade, que impactou a execução orçamentária em 2020 e perdurou em 2021, reduziu algumas despesas, tais como fornecimento de água e energia elétrica, serviços de transporte, contratação de estagiários, diárias e passagens aéreas, exames médicos periódicos e atendimentos odontológicos, cursos e eventos presenciais, além do adiamento de investimentos.

O distanciamento social imposto remodelou as ações de capacitação de servidores, que foram adaptadas para a modalidade de ensino à distância, assim como a comunicação institucional do órgão, que precisou suspender os eventos presenciais e

3. Em 2020, o Tribunal de Contas da União proferiu decisão no TC 040.306/2019-4 (Acórdão n. 362, de 2020) reconhecendo que o cálculo original do limite definido pela Emenda Constitucional n. 95/2016 foi prejudicado por vícios da Medida Provisória n. 711/2016. A situação foi regularizada por meio de crédito suplementar de R\$ 2.478.271 em favor do STJ.

intensificar a veiculação de matérias em formato virtual. Apesar de a execução orçamentária dessas ações ter sido inferior à dotação atualizada, as metas estipuladas para o exercício foram superadas.

Houve um saldo orçamentário em torno de R\$ 75,4 milhões ao final do exercício, sendo que R\$ 58 milhões estavam destinados a despesas discricionárias que, pelo exposto anteriormente, não foram passíveis de execução.

O cenário de incertezas verificado em 2020 e 2021 tende a se reduzir para 2022, com uma gradual retomada das atividades presenciais. Por outro lado, vislumbra-se que as medidas experimentadas tragam adaptações permanentes com mudanças de paradigmas de gestão, processos de trabalho e cultura organizacional, impactando consequentemente o perfil orçamentário.

Ademais, destaca-se a promulgação das Emendas Constitucionais n. 113 e 114/2021 que alteraram a metodologia de cálculo do ajuste anual do teto de gastos, juntamente com a alta do IPCA, e ampliaram o montante de limite orçamentário do Tribunal para 2022, além da implementação de novas diretrizes para o pagamento de sentenças judiciais.

Despesas da União

Gestão de Precatórios

Precatórios são obrigações de pagamento que o poder público possui com pessoas físicas ou jurídicas decorrentes de condenação judicial definitiva. Já a Requisição de Pequeno Valor (RPV) consiste na obrigação de pagamento de valores até 60 salários mínimos para causas federais, com tramitação mais simplificada para execução.

Em 2021, dos R\$ 427,6 milhões de destaques recebidos para cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado até 1º/7/2020 no âmbito dos processos da competência originária do Superior Tribunal de Justiça, cerca de R\$ 34,6 milhões foram destinados a encargos financeiros, R\$ 306,5 a precatórios e R\$ 86,5 a RPVs:

Natureza	2020				2021			
	RPV		Precatórios		RPV		Precatórios	
	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)	Qtd.	Valor (R\$)
Alimentícia	3.123	51.994.014	486	76.359.841	1.432	27.186.062	1.765	271.036.383
Comum	31	149.579	19	15.360.321	22	101.850	24	26.618.472
Total	3.154	52.143.593	505	91.720.162	1.454	27.287.913	1.789	297.654.855

Quadro 46 - Execução de Precatórios e RPV no Superior Tribunal de Justiça em 2020 e 2021
Fonte: Tesouro Gerencial (12.01.2022)

Do montante disponibilizado em 2021 para honrar os Precatórios de 2020, foi pago o total de R\$ 297.654.855, superior em 224,5% aos valores pagos no ano anterior (R\$ 91.720.162), e foi inscrito em restos a pagar processados o valor de R\$ 80.835.058.

O valor pago em 2021 atendeu a 1.789 débitos judiciais de natureza alimentícia e comum, representando um aumento de 254% em relação ao quantitativo de 505 precatórios pagos em 2020.

Dos precatórios para pagamento em 2021, houve o cancelamento do Precatório n. 7.104/DF, de natureza alimentar, e suspensão do pagamento de 39 requisitórios de natureza comum, até decisão judicial ulterior, inscritos em restos a pagar no importe de R\$ 10.172.672,04.

Daqueles inscritos para pagamento em 2020, houve o cancelamento definitivo do precatório n. 4684, com a devolução dos recursos ao Tesouro Nacional e o cancelamento da suspensão dos Precatórios n. 4.840 e 5.011, que foram pagos aos beneficiários, no valor de R\$ 1.282.451,85.

Com relação às requisições de pequeno valor, foi disponibilizada a dotação de R\$ 86.473.998, cuja execução totalizou R\$ 27.287.913, o equivalente a 31,6% do autorizado e 52,3% do valor pago em 2020 (R\$ 52.143.593).

Esse recurso atendeu a 1.454 RPs em sua totalidade, representando uma diminuição de 53,9% na comparação com o quantitativo de 3.154 RPs pagos em 2020.

Gestão de Custos

Custos são gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços.

A gestão de Custos no STJ guardou conformidade com as determinações dos seguintes normativos:

- Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, artigo 50, § 3º, que orienta a manter um sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Lei nº 10.180/01, que organiza e disciplina o Sistema de Informação de Custos - SIC, atribuindo essa competência à STN na Administração Federal;
- Portaria do Ministério da Fazenda nº 157 - SIC/STN, que criou o Sistema de Custos do Governo Federal;

- Portaria nº 76/11, do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu, no âmbito do CNJ, o Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos; e
- Instrução Normativa de Custos do STJ nº 05 de maio de 2020.

Projeto estratégico Aprimoramento do sistema de informações de custos (SIC – STJ)

- Entregas relevantes da 3ª fase do projeto (Implantação DataMart): em fase de desenvolvimento pela equipe de TI. Há expectativa de disponibilização em 2022. Essa solução permite a análise e comparação de dados, sendo possível o planejamento e a criação de relatórios para embasar o processo decisório no Tribunal. Será possível implementar um modelo de gerenciamento baseado em dados, que visa melhorar a qualidade do atendimento, reduzindo custos gerais e aprimorando a eficácia dos resultados dos serviços do STJ;
- Um protótipo com elementos de custos diretos está em desenvolvimento para apresentação dos custos do STJ;
- Previsão no PDTIC 2021-2022 (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) para a implantação do sistema de custos no Tribunal como projeto estratégico;
- O projeto SIC-STJ não foi implementado em 2021, contudo, devem ser fornecidos dados para apuração dos custos do STJ em 2022.

Para mais detalhes, acessar o **painel de BI com o portfólio estratégico do STJ**, no **Portal da Transparência** e/ou os **relatórios de desempenho de 2021**.

Demonstrações contábeis

A íntegra dos Balanços Contábeis e das Notas Explicativas está disponível no **Portal da Transparência do STJ**.

O documento mostra o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça em 2021 (DN-TCU n. 187/2020).

Gestão de pessoas

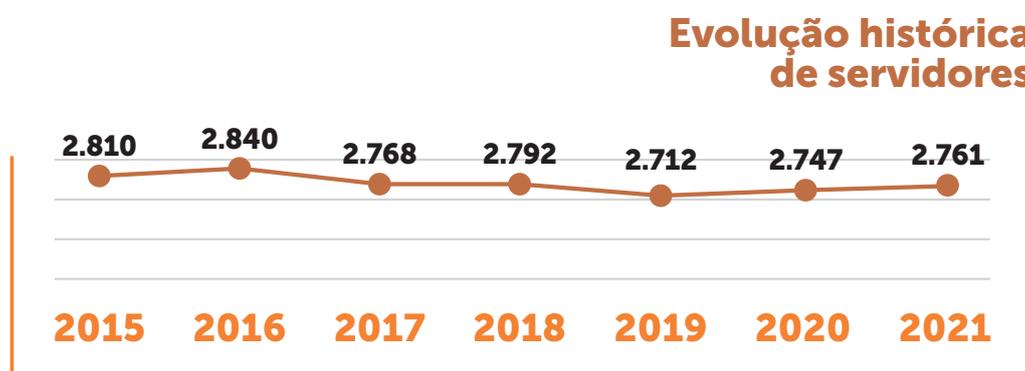
Estrutura de pessoal

A força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça compõe-se de servidores ocupantes de cargos efetivos e servidores sem vínculo com a Administração Pública. Entre os efetivos, há os membros de poder e agentes políticos, os servidores de carreira e em exercício provisório no STJ e os cedidos de outros órgãos para o STJ.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2.955	3.020	98	73
1.1. Membros de poder e agentes políticos	33	71	22	11
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	2.922	2.949	76	62
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.922	2.761	57	43
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	5	0	0
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	183	19	19
2. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	não há	75	7	7
3. Total de servidores (1+2)	2.955	3.095	105	80

Quadro 47 - Força de trabalho do STJ

O ingresso de servidor efetivo no quadro permanente do STJ ocorre mediante prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e do art. 10 da Lei n. 8.112/90.

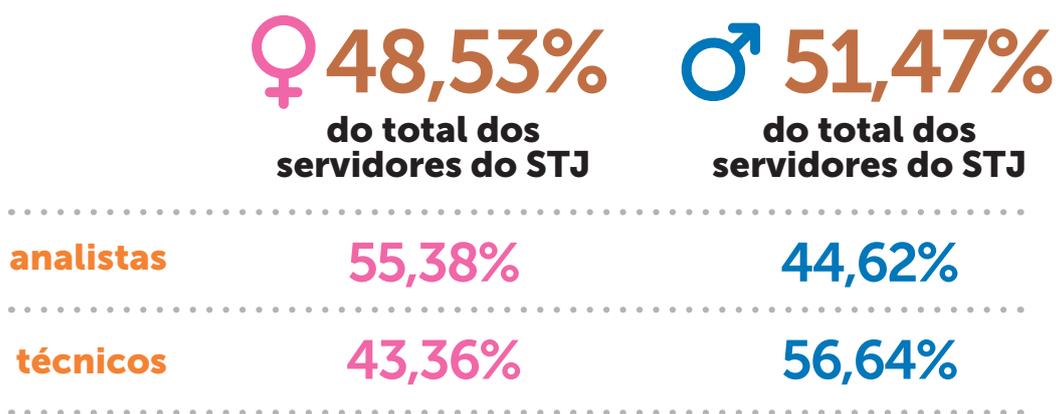


Quadro 48 - Evolução histórica de servidores do STJ

Observa-se que desde 2017, a força de trabalho do STJ tem se mantido na casa dos 2.700 servidores. Essa queda se comparada aos anos anteriores se deu por conta de restrições orçamentárias para provimento de cargos efetivos.

Em 2021, ingressaram 54 servidores, observando-se o limite previsto no Anexo V da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei n. 14.144/2021). Os servidores são oriundos do concurso do STJ de 2018 ou de aproveitamento de aprovados em concurso de outros órgãos. Houve ainda a desvinculação de 43 servidores por aposentadoria, falecimento, posse em outro cargo inacumulável e exoneração.

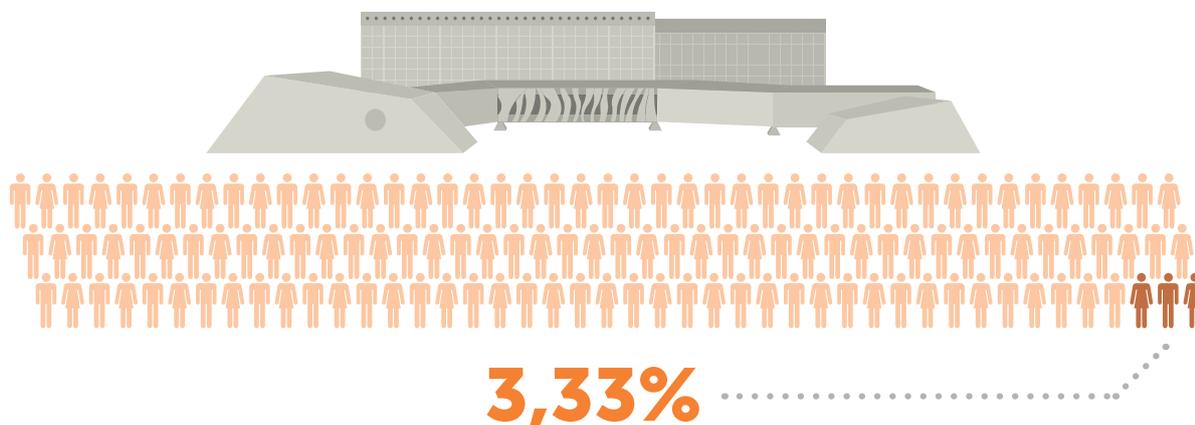
A distribuição da força de trabalho por gênero, apesar de ser fator não diretamente administrado já que a forma principal de seleção é concurso público, continua bastante igualitária, sendo maioria dos cargos de analista judiciário ocupados por mulheres.



Quadro 49 - Quantitativo de servidores por gênero (Situação em 31 de dezembro de 2021)

Atualmente, considerando o total de servidores do STJ, 103 se declararam como negros. Com a Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014, regulamentada neste Tribunal por meio da Resolução STJ n. 7/2015, 20% das vagas são reservadas aos negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos. Assim, existe a expectativa que esse número aumente cada vez mais. Afinal, o percentual em relação ao total ainda é bastante ínfimo (3,33%).

Servidores negros no STJ



Quadro 50 - Quantitativo de servidores negros que ingressaram por certame

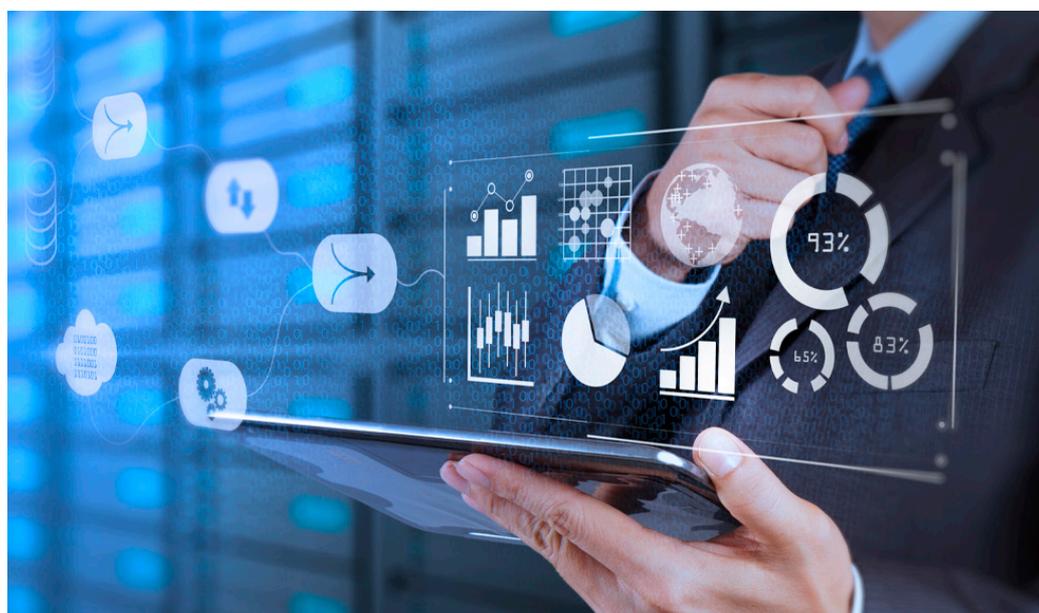
Ademais, das vagas destinadas a cada cargo/área de atividade/especialidade/ramo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% são reservadas aos deficientes nos termos do § 2º do art. 5º da Lei n. 8.112, de 1990, e alterações e do Decreto n. 3.298/1999 e alterações e da Lei n. 13.146/2015. Aqui também existe a expectativa de crescimento a cada exercício. Em 2021, o total de servidores (efetivos ou não) por tipo de deficiência ficou em 90, equivalente a 2,90% do total (3.095).

Tipo de deficiência				
Auditiva	Física	Visual	Não Portador de Deficiência	Total
10	45	35	3.005	3.095

Quadro 51 - Quantitativo de servidores por tipo de deficiência (Situação em 31/12/2021)

Estratégia de alocação de pessoas

Quanto à alocação de servidores no Tribunal, diversos parâmetros são utilizados para auxiliar a distribuição dos servidores: a origem do cargo vago, diretrizes definidas pela alta administração, perfil do servidor (identificado mediante currículo e entrevista), bem como as demandas e a carência de servidores das unidades. Após essa análise, os servidores são lotados nas diversas áreas do Tribunal, a fim de repor a força de trabalho necessária para o bom funcionamento das atividades.



Quadro 52 - Dimensionamento da Força de Trabalho no STJ

Em 2021, foi desenvolvida uma ferramenta de dimensionamento da força de trabalho a fim de subsidiar as decisões sobre a alocação de pessoal no STJ.

A metodologia escolhida foi a de dimensionamento da força de trabalho por produto, desenvolvida pelo professor Rogerio Leme, tendo em vista que sua aplicação se baseia no MAP (Mapeamento de Atribuições por Produto) de cada unidade, um dos produtos do modelo de gestão por competências já adotado pelo STJ.

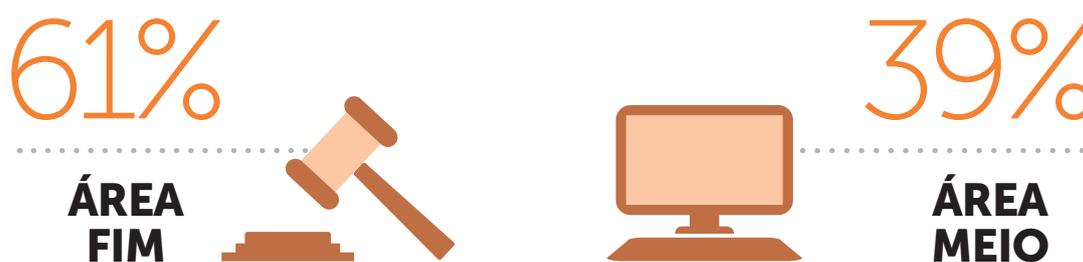
Optou-se por começar com um projeto-piloto na Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP. Após a obtenção de resultados positivos, houve a replicação em três outras secretarias da área fim do Tribunal: Secretaria Judiciária – SJD, Secretaria de Processamento de Feitos – SPF e Secretaria de Jurisprudência – SJR.

Em dezembro de 2021, finalizado o levantamento inicial, aconteceu a apresentação dos resultados ao Diretor-Geral. Após, decidiu-se por fazer a revisão dos dados levantados junto à SJD, SJR e SPF.

Em seguida, será realizada a elaboração do desenho do macroprocesso de Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT, no qual devem ser incluídas outras unidades parceiras para o fornecimento de informações sobre os componentes da Gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho - GDFT que complementarão o valor de referência encontrado nas unidades dimensionadas, a construção de sistema para gerenciar o dimensionamento da força de trabalho e a definição da estrutura e da equipe necessárias para condução dos trabalhos de forma definitiva.

A expectativa é que após a implementação de todas essas ações, a força de trabalho do STJ seja melhor dimensionada nas unidades.

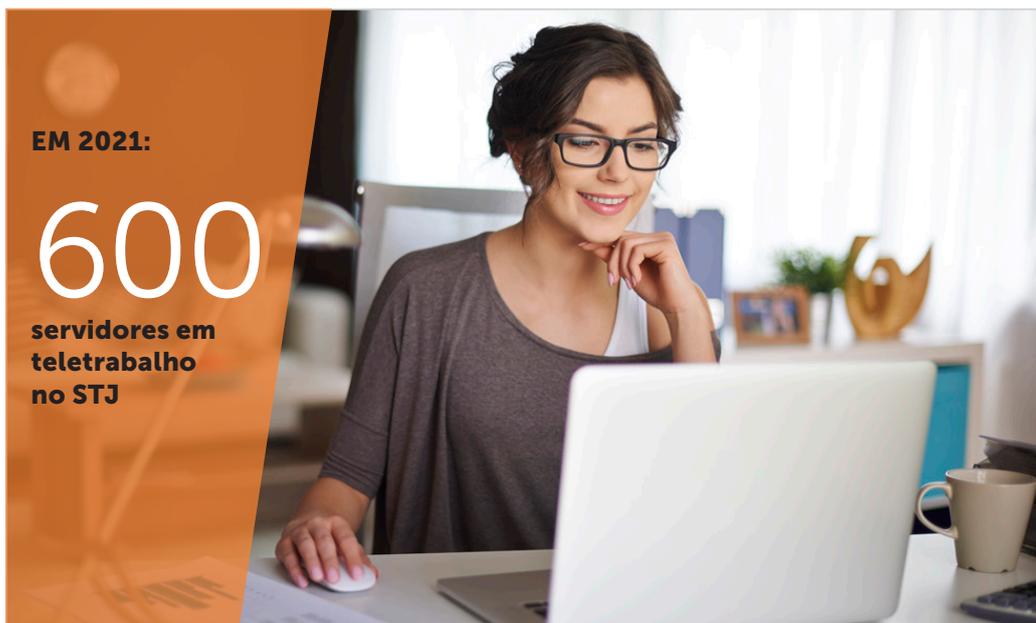
A força de trabalho do Tribunal é distribuída em área fim (judicante) e área meio (administrativa). Ao final deste exercício, constatou-se que está assim dimensionada.



Quadro 53 - Distribuição dos servidores por área finalística

Teletrabalho

Neste momento de pandemia, outro ponto de destaque está na ampliação do número de teletrabalhadores na área meio em 2021. O Tribunal chegou em dezembro com aproximadamente 600 servidores em regime de teletrabalho (**Resolução STJ/GP n. 13/2021**). Ressalta-se que os Gabinetes de Ministros podem editar normas próprias em consonância com as Resoluções CNJ n. 227/2016 e 343/2020.



Quadro 54 - Teletrabalho no STJ em 2021

Essa modalidade de trabalho está se sedimentando cada vez mais na Administração Pública e, nesta Corte, não podia ser diferente.

Em depoimentos colhidos junto aos servidores, verificou-se que foram motivados a aderir à modalidade de teletrabalho em busca de redução dos deslocamentos, flexibilidade, autonomia e maior convívio com a família. Isso pôde ser corroborado pelos pontos positivos citados por eles.

Do ponto de vista dos gestores, a comunicação entre chefias e servidores em teletrabalho, no que se refere a *feedback*, demonstrou efetividade, pois grande parte dos entrevistados relatou estar satisfeita com a forma com que isso ocorreu por parte de seus teletrabalhadores.

Para o Tribunal, a produtividade tem aumentado, visto que o normativo exige uma majoração de pelo menos 20% nas metas dos teletrabalhadores.

Conclui-se que todos os envolvidos estão satisfeitos com o teletrabalho no STJ e que o mesmo está em constante aprimoramento.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

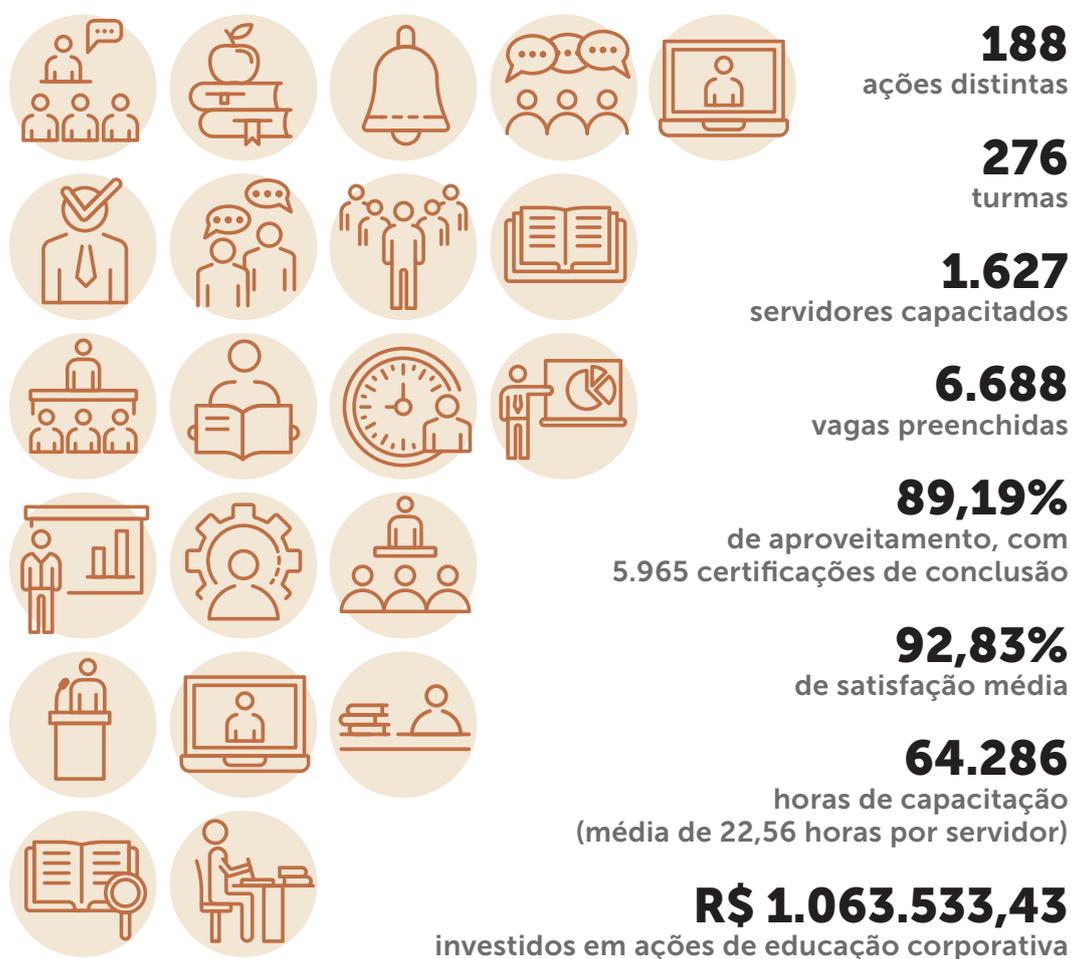
Ao longo de 2021, os desafios impostos pela pandemia impactaram fortemente na disponibilização de ações de capacitação pelo STJ. Todas as ações foram ofertadas de forma virtual, ampliando e diversificando os canais de comunicação com o público-alvo, uma vez que as aulas presenciais foram suspensas.

Como de costume, as ações de educação continuam sendo planejadas com base no Plano de Anual de Capacitação - PAC 2021. O Tribunal capacitou seus colaboradores em temas pontuais de sua gestão.

As ações de educação corporativa também são acompanhadas estrategicamente por meio do indicador "Adesão às ações de educação corporativa", que mede o percentual de servidores que participaram de ações educacionais oferecidas pelo Tribunal para aprimoramento das competências de seus colaboradores.

Para mais informações, basta acessar os **relatórios de desempenho** de cada período, pois o indicador continuará sendo medido no **Plano Estratégico STJ 2021-2026**.

Ações de capacitação no STJ em 2021



Quadro 55 - Visão geral das ações de capacitação oferecidas pelo STJ em 2021

Para 2022, em relação à Educação Corporativa, pretende-se manter o patamar de oferta de ações de capacitação interna com ênfase na área jurídica, que representa a atividade finalística do órgão. Mais uma prioridade será o Programa de Capacitação para a Lei

Geral de Proteção de Dados - LGPD, voltado para transmitir aos servidores os conhecimentos necessários para implementação da referida lei.

Para isso, os maiores desafios a serem enfrentados estão relacionados aos constantes ajustes impostos pela pandemia, com adaptações na oferta de ações de capacitação.

Detalhamento da despesa de pessoal

A seguir, serão detalhados os valores das despesas com pessoal nos últimos anos (ativos, inativos e pensionistas) e apresentadas as justificativas para essa variação.

ATIVOS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2019	Valor	R\$ 206.219.200,75	R\$ 191.806.150,20	R\$ 192.019.137,86	R\$ 245.868.729,02
	Quantidade	3.103	3.081	3.055	3.049
2020	Valor	R\$ 205.994.380,04	R\$ 192.000.093,86	R\$ 191.241.653,51	R\$ 245.598.768,08
	Quantidade	3.017	3.015	3.035	3.069
2021	Valor	R\$ 215.422.647,01	R\$ 197.594.404,37	R\$ 197.047.132,48	R\$ 251.640.698,86
	Quantidade	3.171	3.213	3.201	3.195

Quadro 56 - Despesas com remuneração de servidores ativos

De 2019 a 2021, percebe-se um aumento de 6,65% nas despesas com os servidores ativos, com aumento do número de servidores em 3%. Essa elevação dos gastos com pessoal ocorreu devido à progressão e promoção dos servidores na carreira, bem como a nomeação de 95 servidores no final de 2020 e durante 2021.

INATIVOS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2019	Valor	R\$ 79.150.522,26	R\$ 80.328.551,41	R\$ 81.633.386,10	R\$ 108.980.822,45
	Quantidade	1.140	1.154	1.172	1.182
2020	Valor	R\$ 94.761.855,84	R\$ 80.683.868,46	R\$ 80.287.653,51	R\$ 93.598.799,53
	Quantidade	1.185	1.179	1.174	1.169
2021	Valor	R\$ 93.252.687,33	R\$ 79.378.174,10	R\$ 79.128.193,17	R\$ 92.865.740,87
	Quantidade	1.176	1.170	1.168	1.168

Quadro 57 - Despesas com remuneração de servidores inativos

De 2019 para 2021, o número de inativos teve acréscimo de 2,45%, apesar de ter subido até 3,95% já em 2020. Essa oscilação decorreu pelos efeitos da pandemia e pelas

alterações nas regras de aposentadoria decorrentes da EC 103/2019, o que refletiu nas despesas com esse público, no qual houve uma redução no valor total das despesas em aproximadamente 1,56%, apesar dos aumentos anuais ocorridos nos proventos de aposentadoria atrelados ao reajuste do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

PENSIONISTAS					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2019	Valor	R\$ 13.449.057,39	R\$ 13.586.639,17	R\$ 13.660.564,53	R\$ 18.459.666,67
	Quantidade	316	318	322	321
2020	Valor	R\$ 16.493.086,55	R\$ 14.405.743,70	R\$ 14.571.570,34	R\$ 17.172.085,44
	Quantidade	320	327	331	337
2021	Valor	R\$ 17.437.509,94	R\$ 15.179.657,85	R\$ 15.057.089,49	R\$ 20.025.701,91
	Quantidade	320	327	331	337

Quadro 58 - Despesas com remuneração de pensionistas

Em relação às despesas com os pensionistas, uma vez que grande parte dos respectivos proventos está vinculada ao reajuste do RGPS, o acréscimo das despesas foi de 8,48%, ou seja, superior àquele verificado com o pessoal inativo. O número de benefícios de pensão administrados pelo STJ, no período compreendido entre 2019 e 2021, teve acréscimo de 10,08%. Infere-se que esse aumento foi um dos efeitos gerados pela pandemia.

RESSARCIMENTO DE SERVIDORES					
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
2019	Valor	R\$ 2.415.279,37	R\$ 2.279.523,86	R\$ 2.216.533,72	R\$ 2.354.203,79
	Quantidade	55	62	53	47
2020	Valor	R\$ 2.012.220,91	R\$ 2.011.649,00	R\$ 2.023.372,44	R\$ 2.380.074,77
	Quantidade	49	49	49	48
2021	Valor	R\$ 1.894.246,15	R\$ 1.996.480,19	R\$ 1.972.917,19	R\$ 2.206.052,25
	Quantidade	47	46	45	44

Quadro 59 - Despesas com ressarcimento de servidores

O ressarcimento com os servidores requisitados de outros órgãos teve uma redução de 14,8% no período, com a redução do número de requisitados com ônus para o Tribunal. Essa diferença deriva principalmente do fim do ressarcimento de salários de servidores com alto custo.

As principais ocorrências no período que justificam esses reajustes estão indicadas a seguir, em ordem cronológica:

Data	Motivo da atualização	Público alvo
jan/2019	Aumento de 3,43% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria ME n. 9 de 15/1/2019)	Inativos e pensionistas
jan/2019	Aumento do subsídio e do teto constitucional conforme Lei n. 13.752/2018	Ministros
jan/2019	8ª parcela da Lei n. 13.317/2016	Servidores e pensionistas
jan/2020	Aumento de 4,48% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria ME n. 914, de 13/1/2020)	Inativos e pensionistas
jan/2021	Aumento de 5,45% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria SEPRT/ME n. 477, de 13/1/2021)	Inativos e pensionistas

Quadro 60 - Justificativas para reajustes por categoria

Programa de Estágio Remunerado

O Programa de Estágio Remunerado do Superior Tribunal de Justiça é regulamentado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 6, de 1º de março de 2019**.

Para que uma unidade administrativa esteja apta a receber um estagiário, é necessário que ofereça condições para a obtenção de experiências práticas por intermédio de atividades que guardem correlação com o nível educacional e, tratando-se de estudante de nível superior, com a área de formação acadêmica, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, educacional e profissional do educando.

O estágio nesta Corte é vedado àqueles que tenham vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados; àqueles que ocupem cargo, emprego ou função pública; àqueles que sejam militares ou titulares de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; e ao estudante que for estagiário em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária, quando somada a do STJ, exceda a 6 horas diárias. O STJ observa o previsto no Enunciado Administrativo CNJ n. 7, de 19/6/2008, que proíbe a contratação de estagiários em situações que configurem nepotismo.

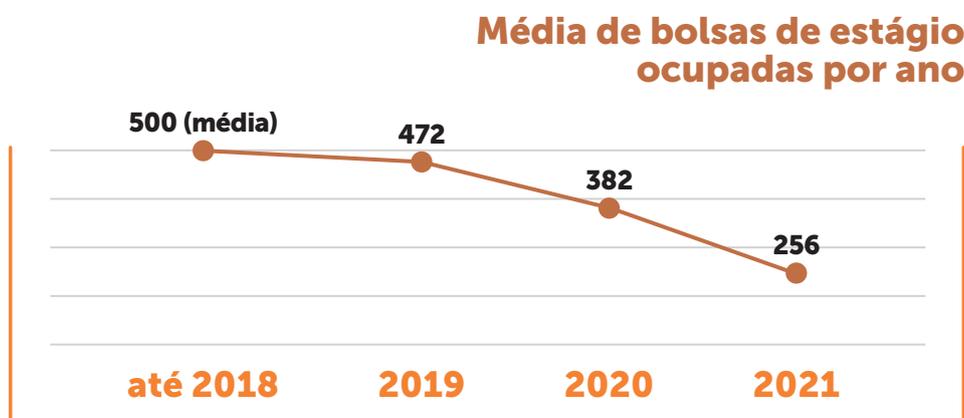
O ingresso de estagiários no STJ se dá por meio de processo seletivo, precedido de convocação por edital público, e é realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, conforme previsto no Contrato STJ n. 085/2019, instrumento que rege as relações contratuais entre este Tribunal e o referido agente de integração.

O total de bolsas de estágio previsto no Contrato STJ n. 085/2019 é de 750. Em 2021, a média de bolsas ocupadas foi de 256. Infere-se que essa maior queda observada desde

2020, deveu-se à declaração pública de pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, ocorrida em 11 de março de 2020.

Todavia, por meio da Resolução STJ/GP n. 21 de 15 de setembro de 2020, em vigor até 26/11/2021, a qual regulamentou o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito deste Tribunal e previu a possibilidade de retomada da contratação de novos estagiários e de renovação de estágio mediante manifestação favorável das unidades e autorização do Diretor-Geral, diversas unidades solicitaram contratações de novos estagiários.

Cabe informar ainda, que o fato de haver listas com candidatos aprovados aptos ao ingresso no Programa de Estágio, tendo em vista a suspensão dos prazos de validade dos dois processos seletivos vigentes, conforme Edital GDG n. 2 de 30 dezembro de 2020, viabilizou o atendimento das demandas das unidades.



Quadro 61 - Histórico de bolsas de estágio

Em termos de custos com o programa não foi diferente, em relação a 2020 houve uma redução de 33%. Se comparar aos anos anteriores de 2017 a 2019, a queda foi de mais de 50%.



Quadro 62 - Histórico de custos de bolsas de estagiários

Contratação de Pessoal de Apoio

As informações sobre as contratações de mão de obra e terceirizados alocados nesta Corte encontram-se disponibilizadas no **Portal da Transparência**, no sítio do Tribunal na internet.

Licitações e contratos

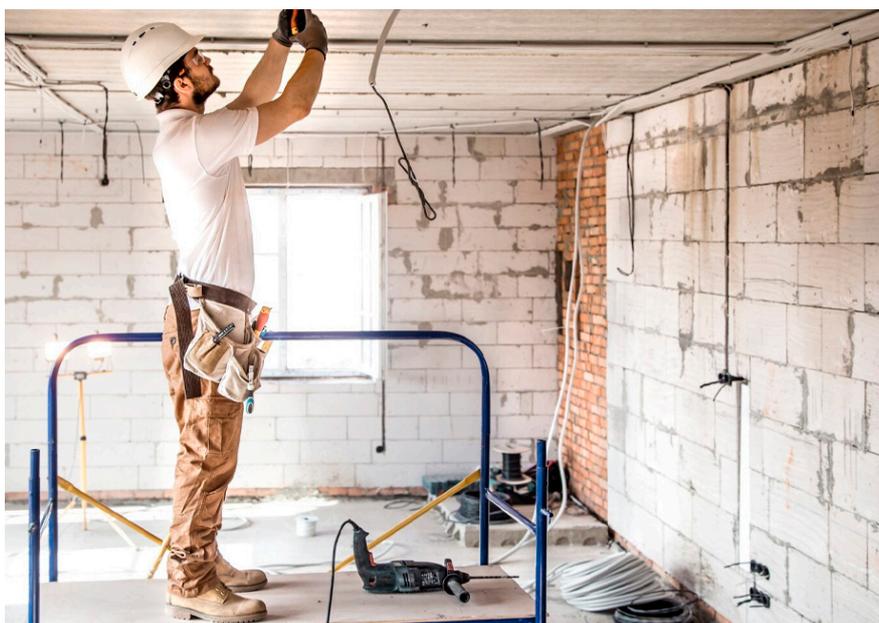
As informações sobre o tema licitações e contratos estão disponíveis no **Portal da Transparência do STJ**.



Quadro 63 - Licitações e Contratos

Patrimônio e obras

As informações sobre o tema patrimônio e obras estão disponíveis no **Portal da Transparência do STJ**.



Quadro 64 - Patrimônio e Obras no STJ

Gestão de tecnologia da informação

A estratégia em TIC contribui ativamente na realização da estratégia institucional por meio da execução de demandas relacionadas ao Portfólio de Iniciativas Estratégicas, que são cadastradas, discutidas, priorizadas e acompanhadas pelos Comitês Gestores de Soluções de TIC, conforme a Instrução Normativa STJ/GP n. 5 de 28 de março de 2017, atualizada pela Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 22 de outubro de 2018. Esse assunto também foi tratado no item Governança, mais especificamente no trecho que discorre sobre o subsistema de TIC.

Cada objetivo estratégico do PDTIC 2021-2022 está relacionado a um objetivo estratégico institucional do Plano Estratégico STJ 2021-2026. Como já relatado, o PDTIC é considerado um plano de ação de curto prazo. Assim, a partir da conclusão de projetos desse plano, é possível aferir o atingimento dos objetivos estratégicos de TIC associados a eles e, por consequência, sua contribuição para os objetivos estratégicos institucionais durante o período planejado, conforme gráfico a seguir:

Contribuição de TI para os Objetivos Estratégicos



Quadro 65 - Contribuição de TI para os objetivos estratégicos institucionais

Outro ponto interessante está na contribuição de TI, em 2021, na Cadeia de Valor do STJ.

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados
Autuação, triagem e distribuição	Atualização das opções da GRU COBRANÇA	Deixar mais clara as informações sobre recursos ordinários
	Informações Processuais	Agilidade e eficiência nos processos de trabalho da Secretaria Judiciária
	Classificação de Originários Web	
	Captura de Ementa	
	Informações Processuais	

continua...

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados
Procedimentos Cartorários	Implementação de acessibilidade no Sistema Push	Tornar o sistema compatível com ferramentas de acessibilidade para o público jurisdicionado
	Novas ações e condições no Regras Automáticas – Automações da SPF	Agilidade e eficiência nos processos de trabalho da Secretaria de Processamento de Feitos
	Juntada automática de petições	
	Criação de novos tipos de vista	
	Controle automático de prazos de despachos de mero expediente	
	Geração automática de ofícios	
	Busca textual em decisões e petições	
Baixa e Arquivamento	Baixa automática colegiada – Segunda etapa	Redução do número de servidores para operacionalização, processo padronizado e mais celeridade na execução das rotinas
Análise e Elaboração de Decisão	Atualização das regras de Visualização dos Processos em Segredo de Justiça	Tornar as informações dos processos em segredo de justiça disponíveis para quem deve ter o acesso
	Adequação das aplicações para o NUGEPNAC definidas por meio da Portaria STJ/GP n. 98/2021	O NUGEP passa a ser chamado NUGEPNAC. O novo núcleo foi criado por meio da Resolução STJ/GP 29/2020. O normativo também criou a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC), para coordenar o NUGEPNAC, cuja composição e atribuições, foram definidas por meio da Portaria STJ/GP n. 98/2021
Jurisprudência	Jurisprudência Administrativa - Gestão de Tabelas (eJurisAdm)	Automatização e eficiência no processo de Jurisprudência Administrativa
	Acessibilidade no Informativo de Jurisprudência	Inclusão de notas de áudio para melhorar a acessibilidade do informativo
	Ajustes nos Aplicativos da STEMA	Tornar as informações mais claras e fáceis de acessar
	Ajuste no robô da Pesquisa Pronta	Inclusão de contadores de registro diário para o quantitativo de temas de novos precedentes
	Migração do Módulo Espelho do Acórdão – Distribuição	Agilidade e eficiência nos processos de trabalho da Secretaria de Jurisprudência
	Migração do Módulo Tabelas	
	Migração do Módulo Decisões Monocráticas	
Migração do Módulo Tesouro		

continua...

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados
Julgamento	Sistema de votação Lista Tríplice	Modernização do processo de votação para formação de lista tríplice conforme regimento do STJ
Gestão Administrativa	Pedido de Material Web	Modernização do processo de compras e fornecimento de materiais de consumo a todas as unidades do STJ
	Portal da Transparência do STJ - alterações para adequação as exigências da IN TCU n. 84/2020 Inclusão das notas fiscais eletrônicas no portal para atendimento a Lei n. 14.129/2021	Viabilizar a transparência dos atos relacionados com licitações e contratos do STJ, atendendo assim às diretrizes contidas na Instrução Normativa TCU n. 84/2020 e na Lei n. 14.129/2021
Educação Corporativa	Melhorias no SARH, sistema de inscrições para Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado	Possibilidade de realização de processos seletivos por tipo de bolsa e inclusão de linhas de pesquisa na seleção
	Sistema Aprimore – Melhorias nas rotinas de geração e configuração dos formulários avaliativos do Programa Aprimore	Facilitar as opções de geração e de configuração de formulários avaliativos pela equipe de gestão do Programa Aprimore do STJ
Gestão de Pessoas	Intranet – Localiza Pessoas – Melhorias nos filtros. Exclusão dos itens foto, data de aniversário e data de ingresso para adequação à LGPD	Melhoria nos filtros e informações da página. Adequação do STJ à LGPD
	Portal da Transparência - retirar solicitação de identificação para consulta do detalhamento da folha de pagamento	Adequação ao contido na Resolução CNJ n. 389/2021
	Portal da Transparência - inclusão do Ementário de Legislação de Pessoal no site do STJ	Atendimento ao disposto no art. 8º da IN TCU n. 84/2020
	DIRF - Geração e envio de informações de estagiários	Possibilitar a geração de envio de informações da DIRF referente aos estagiários. Rotina será executada pelo STJ a partir de 2022
	eSocial - Adequação dos sistemas de gestão de pessoas (SARH) e administrativo (Administra) quanto às informações necessárias ao eSocial Transmissão das informações do STJ referentes a Etapa 1 do cronograma do eSocial. Testes de transmissão da Etapa 2	Atendimento pelo STJ das informações requeridas plataforma eSocial do Governo Federal
Ouvidoria	Sistema da Ouvidoria - Adequação do sistema SOU a Resolução n. 9/2021 e a LGPD quanto à autenticidade do usuário	Adequação do sistema aos novos prazos previstos na Resolução n. 09/2021 e a autenticidade dos usuários solicitantes de informações previsto na LGPD

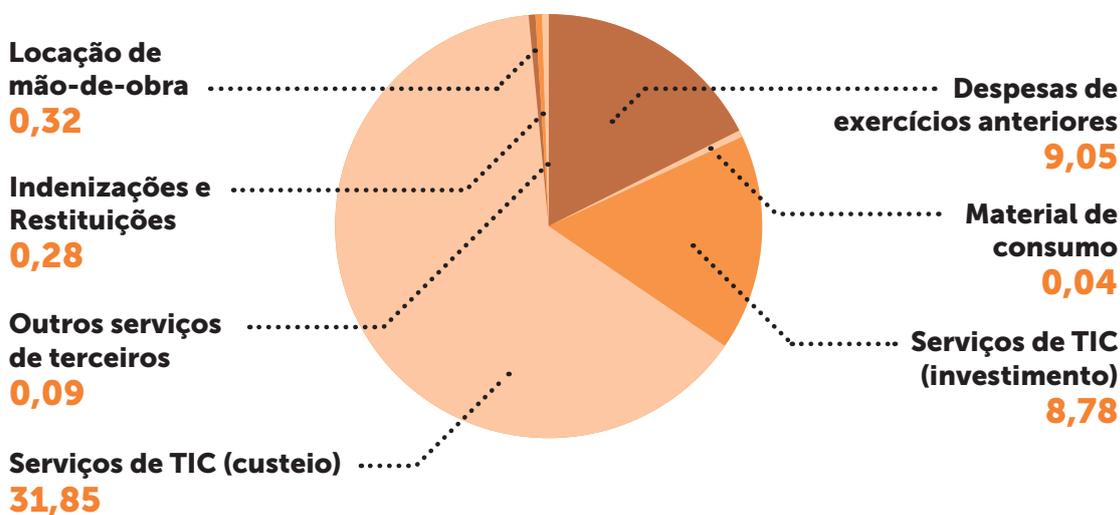
continua...

...continuação

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados
Gestão de Segurança	Segurança - Clavulário	O novo sistema permite a Gestão automatizada dos serviços de Clavulário desempenhados pelos servidores da Central de Segurança do STJ
Gestão de Relações Institucionais	Sistema de Cerimonial	Modernização e completa automatização na Gestão de Eventos pela Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas
Publicidade	Agenda de Ministros do STJ	Modernização na gestão e publicidade de compromissos da Presidência e demais gabinetes de ministros do STJ
	Implementação do sistema VLibras na Intranet do STJ	Melhorar a acessibilidade da intranet para deficientes visuais

Em se tratando do montante de recursos aplicados em TI, seguem os dados:

Gastos de TIC por natureza de despesa (em milhões de reais)



Quadro 66 - Gastos de TIC

Para mais informações sobre a Governança de TIC no STJ, basta acessar o **Portal da Transparência**.

Sustentabilidade

Ser uma instituição sustentável é buscar o equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a sua exploração de maneira racional, de modo que não ocorra o esgotamento desses recursos. No STJ, o Plano de Logística Sustentável - PLS é o instrumento da Política de Governança de Contratações que, em conjunto com os demais planos institucionais, tem o objetivo de desenvolver instituições mais eficazes e transparentes, garantindo a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa. O plano define metas e ações com mecanismos de monitoramento para a adoção de práticas sustentáveis que promovam a eficiência do gasto e o aperfeiçoamento de processos de trabalho.

Após a publicação do Plano Estratégico STJ 2021-2026, em julho de 2021, iniciou-se a formulação de novo PLS para o período de 2021 a 2026. Em atendimento à Resolução CNJ n. 400/2021, essa metodologia abrange a atualização de normativas internas, inclusão de novos temas e indicadores e definição de novas metas para o período. A previsão de publicação do PLS-STJ 2021-2026 é para o primeiro trimestre de 2022.



Quadro 67 - Sustentabilidade

Institucionalmente, o desempenho do PLS é medido pelo indicador estratégico “Adesão às metas do PLS/STJ”, que está presente no Plano STJ 2020 e foi mantido no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Para mais informações basta acessar os relatórios de desempenho de **2020** e **2021**.

O STJ tem realizado ações para essa redução do consumo de recursos naturais, que se fundamenta na análise de dados de consumo, de contratações e de aquisições.

Isso tem possibilitado a revisão de processos de trabalho e a implantação de projetos, campanhas e ações de sensibilização para uma gestão otimizada e eficiente.

Assim, em atendimento às Resoluções CNJ n. 201/2015 e n. 400/2021, o PLS-STJ foi concebido alinhado aos ciclos do planejamento estratégico abrangendo vinte e duas áreas temáticas, com metas anuais e planos de ação para cada tema. O documento é atualizado anualmente por meio de Relatórios de Desempenho publicados no **Portal da Transparência do STJ** e encaminhados ao CNJ para comporem o Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário e o Prêmio CNJ de Qualidade.

Quanto aos principais resultados de economias em decorrência da adoção de boas práticas de sustentabilidade no STJ, destacam-se:

ENERGIA ELÉTRICA: com o retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial, ao final de 2021, constatou-se um aumento de 4,41% no consumo de energia se comparado a 2020. Todavia, se comparar ao início da medição em 2015, houve uma redução de 27%.



Quadro 68 - Redução no consumo de energia de 2015 para 2021 no STJ

Em decorrência da crise hídrica e energética do país, no exercício, foram implantadas diversas medidas de economia como a redução do horário de funcionamento dos sistemas de ar-condicionado e dos sistemas de iluminação dos edifícios do STJ. Outra importante ação foi o início da construção da usina fotovoltaica do STJ, com previsão de entrada em funcionamento em meados de 2022. Essa ação é uma iniciativa estratégica que está no Plano Estratégico STJ 2021-2026, "Adoção de novo padrão energético, com prioridade para a energia solar". Para mais informações, acessar o **relatório de desempenho institucional**.



Quadro 69 - Usina fotovoltaica

ÁGUA: o mesmo aconteceu com o consumo de água. Com o retorno gradual dos servidores ao presencial, ao final de 2021, verificou-se um aumento de 19% se comparado a 2020. Entretanto, se comparar a 2015, ocorreu uma redução de 60%.



Quadro 70 - Redução no consumo de água de 2015 para 2021 no STJ

O STJ adota diversas boas práticas para economia de recursos hídricos, como a adoção de torneiras automáticas com arejadores, monitoramento de consumo para identificação de vazamentos, utilização de poço artesiano para irrigação de jardins.

PAPEL: aqui não é diferente. Com o retorno dos servidores ao presencial, em 2021, houve um aumento de 9% se comparado a 2020. Mas, ao se comparar com o consumo em 2015, ocorreu uma redução de 81%.



Quadro 71 - Redução no consumo de papel de 2015 para 2021 no STJ

Com o projeto “Ilhas de Impressão”, em que foram recolhidas as impressoras de algumas unidades do Tribunal, concentrando-as em pontos estratégicos nas áreas comuns, há a expectativa de maior redução no consumo de papel. Ressalta-se ainda que esse consumo também é medido setorialmente pelo Alinhamento Estratégico do STJ. Para mais detalhes, acessar os **relatórios de desempenho**.



Quadro 72 - Ilha de impressão do STJ

IMPRESSÕES (EM PÁGINAS) E IMPRESSORAS: mesmo com o retorno ao presencial dos servidores, ao se comparar 2021 com 2020, ainda houve uma redução de 13%. Ao ampliar essa comparação para 2015, a queda foi de 84%. Quanto às impressoras, comparando-se 2015 e 2021, houve um decréscimo no número de equipamentos de mais de 50%.



Quadro 73 - Redução no número de impressões de 2015 para 2021 no STJ



Quadro 74 - Redução no número de impressoras de 2015 para 2021 no STJ

Aqui também, o projeto “Ilhas de Impressão” teve impacto positivo, pois foi possível alcançar cerca de 60% de redução de equipamentos na nova contratação (400 equipamentos) a se iniciar em 2022. Ainda se espera um efeito de redução em consumo de papel e em consumo de energia.

FILTROS INDUSTRIAIS: em 2021, iniciou-se o projeto para mudanças no fornecimento de água aos usuários por meio da aquisição de filtros industriais e bebedouros de tripla filtragem a serem instalados nas copas e áreas comuns do STJ, para a substituição gradativa dos bebedouros para galões de água mineral de 20 litros. Dessa maneira, espera-se um impacto positivo em termos financeiros e ambientais por meio da redução na geração de resíduos plásticos no Tribunal.



Quadro 75 - Exemplo de filtro industrial

A sensibilização e a capacitação são aspectos fundamentais para a implantação de uma gestão pública mais sustentável na medida que conscientizam o usuário sobre a importância de suas escolhas e sua mudança de comportamento, com reflexos importantes na redução do consumo de recursos naturais, dentro e fora da instituição.

Entre as ações de capacitação estão o Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário - SPES, os cursos EaD “Introdução à Gestão Socioambiental”, EaD “Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

No STJ, existem ações que buscam a redução de resíduos poluentes, com o descarte de maneira correta. Em atendimento à Lei n. 12.305/2010 e à política de resíduos do Distrito Federal, há o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do STJ, que será atualizado em breve.

A coleta e destinação de resíduos poluentes no STJ decorrentes de coleta voluntária ocorrem de acordo com as seguintes características:

- **cartões de PVC:** há parceria, sem ônus, para o STJ junto a empresa especializada na reciclagem desse material por meio da qual foi cedida ao STJ uma máquina de trituração manual de cartões de crédito e similares (Papa-Cartão);
- **óleo de cozinha usado:** o STJ possui estação para recolhimento de óleo de cozinha usado entregue pelos seus usuários e, em parceria com o “Projeto Biguá”, esse resíduo é encaminhado pela CAESB evitando o comprometimento dos recursos hídricos e dos sistemas de tratamento de água;
- **resíduos eletrônicos:** o STJ conta com estação de recolhimento de resíduos eletrônicos de usuários em parceria com a ONG Programando o Futuro, a qual recondiciona, reutiliza e recicla resíduos eletrônicos em projetos sociais e de inclusão digital.



Quadro 76 - Projeto Biguá no STJ

A situação da coleta e destinação de resíduos perigosos e poluentes no STJ decorrentes de geração interna é a seguinte:

- **esponjas de cozinha:** há parceria, sem ônus para o STJ, pela qual são recolhidas esponjas usadas nas copas do STJ e encaminhamento para reciclagem;

- **pneus e óleo automotivo:** o recolhimento e destinação dos resíduos relacionados a veículos é feito pelas oficinas credenciadas no contrato de prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado da frota do STJ, o qual prevê a destinação adequada desse material;
- **lâmpadas tubulares:** o material é destinado por meio de contrato específico para destinação correta de lâmpadas fluorescentes;
- **bitucas de cigarro:** o resíduo é coletado para encaminhamento à reciclagem visando à produção de papel reciclado;
- **resíduos de saúde:** os resíduos de saúde oriundos do serviço médico do STJ são encaminhados por meio de contrato específico.
- **pilhas e baterias:** em atendimento à Resolução Conama n. 401/2008 há pontos de coleta dentro do STJ e encaminhamento do resíduo ao programa da ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica);
- **fitas magnéticas de backup:** o recolhimento e destinação ambientalmente sustentável e segura desse tipo de material altamente tóxico é feito por meio de contrato com empresa especializada;
- **cartuchos e toners:** o parque de impressoras do STJ é terceirizado por meio de contrato de outsourcing e os resíduos resultantes são destinados pela empresa contratada de acordo com boas práticas previstas em contrato.



Quadro 77 - Bituqueiras no STJ

Por fim, seguem dados referentes às ações e seus resultados de 2015 a 2021.

Orgânicos	medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Não reciclável	Kg	327.518	264.219	225.978	151.093	118.076	55.268	81.445
Borra de café	Kg	25.477	21.767	23.712	28.023	30.204	10.774	18.425
Recicláveis								
Cooperativas	Kg	81.438	78.802	78.361	61.064	46.625	16.426	16.039
Documentos	Kg	9.171	6.190	4.713	4.196	3.400	0	0
PERIGOSOS E POLUENTES - Coleta voluntária								
Higiene Bucal	Kg	0	0	11	10	0	0	0
Papa cartão	und.	2.875	8.548	4.854	5.165	3.173	932	0
Óleo de cozinha usado	L	34	57	100	65	51	57	65
Resíduos eletrônicos	Kg	248	248	184	327	670	1.318,57	0,00
PERIGOSOS E POLUENTES - Coleta interna								
Esponjas de cozinha	und.	0	105	573	2.692	2.699	694	2.815
Óleo automotivo	L	0	0	0	0	20	N/D	N/D
Pneus	und.	0	0	0	57	42	N/D	N/D
Lâmpadas fluorescentes	und.	1.000	5.000	18.750	13.700	2.200	0	0
Bitucas	Kg	0	19	36	50	39	28,8	19,5
Resíduos de Saúde	Kg	609	729	708	345	493	287	583
Pilhas e Baterias	Kg	0	164	233	102	163	0	200
Fitas magnéticas	Kg	0	2.800	0	8.000	0	450	0
Cartuchos e toners	Kg	4.059	5.844	0	231	0	479	0

Fonte: AGS



SAFS, Quadra 06, Lote 01, Trecho III
CEP: 70.095-900, Brasília - DF
fone: (61) 3319-8000

 **SIGA NOSSAS REDES**

